

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ECONOMIA POLÍTICA
INTERNACIONAL

VANESSA THAÍS DE OLIVEIRA LIMA

WALL STREET, O GOVERNO WILSON E A PRIMEIRA GRANDE
GUERRA: o nascimento de uma potência mundial.

RIO DE JANEIRO

2016

VANESSA THAÍS DE OLIVEIRA LIMA

**WALL STREET, O GOVERNO WILSON E A PRIMEIRA GRANDE
GUERRA: o nascimento de uma potência mundial.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Economia Política Internacional,
como parte dos requisitos para a obtenção do Título
de Mestre em Economia Política Internacional

Orientador: Prof. Dr. Daniel de Pinho Barreiros

RIO DE JANEIRO

2016

FICHA CATALOGRÁFICA

L732 Lima, Vanessa Thaís de Oliveira.

Wall Street, o governo Wilson e a primeira grande guerra: o nascimento de uma potência mundial. / Vanessa Thaís de Oliveira Lima. – 2016.

96 f. ; 31 cm.

Orientador: Daniel de Pinho Barreiros.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2016.

Referências: f. 91 – 96.

1. Política Internacional – Estados Unidos. 2. Economia – Estados Unidos.
3. Wilson, Woodrow, 1856-1924. 4. Primeira Guerra Mundial, 1914-1918.
I. Barreiros, Daniel de Pinho, orient. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Instituto de Economia. III. Título.

CDD 327.73

VANESSA THAÍS DE OLIVEIRA LIMA

WALL STREET, O GOVERNO WILSON E A PRIMEIRA GRANDE GUERRA: O NASCIMENTO DE UMA POTÊNCIA MUNDIAL.

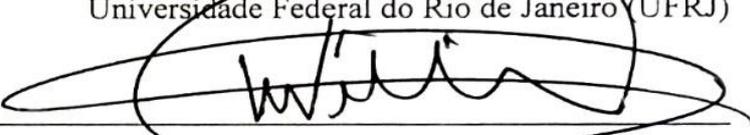
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Mestre em Economia Política Internacional

Orientador: Prof. Dr. Daniel de Pinho Barreiros

Aprovada em: 04/05/16.

BANCA EXAMINADORA:


Prof. Dr. Daniel de Pinho Barreiros
Programa de Pós-Graduação Economia Política Internacional – Instituto de Economia
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)


Prof. Dr. Williams da Silva Gonçalves
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Prof. Dr. Luis Felipe Brandão Osório
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)


Prof. Dr. Pedro Henrique Pedreira Campos
Programa de Pós-Graduação Economia Política Internacional – Instituto de Economia
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof. Dr. Eduardo Alberto Crespo
Programa de Pós-Graduação Economia Política Internacional – Instituto de Economia
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, que lutaram muito para eu chegar aqui.

À Julia Freire Dias, que a vida seja terna com você, menina, e que a sua seriedade e caráter mudem o mundo.

AGRADECIMENTOS

O processo de elaboração de uma dissertação é psicologicamente extenuante, por isso, se chegamos até aqui, é também por causa das pessoas em nossa volta.

Primeiramente gostaria de agradecer aos meus pais, Fátima e João Pedro, que mais uma vez, me amaram incondicionalmente. Eles são a minha ligação direta com o meu passado agrário, nordestino, de luta e de fé. Em segundo lugar à Pâmella, que é a quase 20 anos o meu contraponto, meu porto seguro e que conseguiu aumentar a nossa união com a chegada do Tadeu, seu companheiro esposo.

Agradeço também às minhas irmãs, em ordem de nascimento, Michele, Aline e Fernanda, que são minha conexão mais doce com o passado e faróis para as futuras navegações. Sem esquecer também da minha gigantesca família, amorosa e presente, avós, sobrinhos, tios e primos.

Aos amigos campineiros, que são parte da minha escolha profissional e estão sempre disponíveis para os questionamentos dentro e fora da academia. Em especial ao Francisco, ao Fernando Henrique, à Talita, à Thirza e à Vera Lúcia. Aos amigos de Teófilo Otoni, Magnólia, José Carlos, Joana e Diogo, por serem poesia em minha vida, tocando delicadamente a alma e adoçando minha breve existência. Aos amigos de Petrópolis, Ana, Atila, Carla, Sandra, Isabel, Clarinha e Eduardo, por esquentarem com amizade, comilança e bondade à nossa fria “Little London”. Aos amigos pepinos, pelo carinho e pelo fértil ambiente acadêmico, em especial à Patrícia, Fabio, Lucas, Caroline e Douglas.

À Catarina, pela cumplicidade, incentivo e paciência; vencemos a Noruega, os aviões e a uma dissertação. Ufa!

Agradeço às instituições que me permitiram chegar até aqui, a Facamp pelo ensino de excelência, a UFVJM, que foi espaço da minha paixão, a docência, e a UFRJ, pela heterogeneidade acadêmica que me foi apresentada.

Aos funcionários e docentes de todas essas instituições, principalmente à biblioteca da Facamp, a cantina da UFVJM e a secretaria da UFRJ. Um agradecimento especial também aos funcionários da empresa de transporte Única, que compartilharam horas valiosas de suas vidas comigo, no trânsito desumano da cidade maravilhosa.

Agradeço a meu orientador, professor Dr. Daniel Barreiros, pelas provocações acadêmicas e pelo apoio humano, que é sempre esperado de grandes pessoas.

À Ernest Hemingway, pela companhia irrestrita em seus escritos, suas palavras diretas e honestas, que me tiram ou me colocam no prumo a seu bel prazer, obrigada Papa.

Ao Yoga, pela sanidade física e mental que me proporciona, restabelecendo minha relação com o universo e me resgatando do materialismo exacerbado que eu, como economista, as vezes me deparo e me fundo. Namastê!

Por fim, agradeço à Capes pelo suporte financeiro à esta pesquisa.

EPÍGRAFE

“- Há uma classe que controla o país, uma classe estúpida que não compreende nada e jamais vai compreender. Por isso é que temos essa guerra.

- E porque há quem ganhe dinheiro com ela.

- A maioria nem isso – observou Manera. – São estúpidos demais. Fazem a guerra de graça. Por estupidez”

- Ernest Hemingway, Adeus às Armas, 1929.

“Os negócios florescem sobre as ruínas, as cidades se transformam em escombros, países inteiros em desertos, aldeias em cemitérios, nações inteiras em mendigos, igrejas em estábulos”

- Rosa Luxemburgo, Folheto Junius, 1915.

"The rich has [sic] steadily become richer, and the cost of living higher, and the workers proportionally poorer. These toilers don't want war... But the speculators, the employers, the plutocracy - they want it... With lies and sophistries, they will whip up our blood until we are savage - and then we'll fight and die for them."

- John Reed, The Masses, 1917.

LIMA, Vanessa Thaís de Oliveira. Wall Street, o governo Wilson e a Primeira Grande Guerra: o nascimento de uma potência mundial. Rio de Janeiro, 2016. Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

RESUMO

A proposta desse trabalho é analisar as relações entre Wall Street e o governo Woodrow Wilson (1913-1921), no que se refere a entrada dos Estados Unidos da América na Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Partimos da pesquisa da centralidade econômica do capital financeiro, tanto dos EUA, quanto do mundo, para mostrar a relevância política desse grupo de interesse nos desdobramentos político-militares internacionais. Primeiramente, investigamos sua formação e destacamos a participação de alguns capitalistas, como Andrew Carnegie, J. D. Rockefeller e J. P. Morgan, representantes do início da U.S. Steel Co., da Standard Oil & Co e da Pennsylvania Railroad & Co., e do banco de investimento J. P. Morgan & Co. Ressaltando que, essa centralidade inicia-se antes do governo do presidente Wilson, mas advogamos que foi em seu mandato que a participação do capital financeiro foi mais efetiva nos rumos da política internacional do país. Isso porque, com o Federal Reserve recém-criado, foram abertos caminhos econômicos institucionalizados, para a expansão do capital estadunidense pelo mundo. E, ressaltamos, pelos frutos da pesquisa, que o poder econômico desse capital, combinado ao poder institucional do banco central, ganhou dimensões e efeitos públicos e internacionais. Esses impactos foram frutos próprios de uma economia já gigantesca, mas também de uma consonância política entre as “Casas de Washington”, levando os EUA ao primeiro conflito de proporções mundiais, rumo à disputa da posição de potência hegemônica.

LIMA, Vanessa Thaís de Oliveira. Wall Street, o governo Wilson e a Primeira Grande Guerra: o nascimento de uma potência mundial. Rio de Janeiro, 2016. Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

ABSTRACT

The main purpose of this study is to analyze the relationship between Wall Street and Woodrow Wilson's government (1913-1921), as regards the United States role in World War I (1914-1918). We start our research from the economic centrality of financial capital in US, such as the world, due to show the political importance of this group in the international political and military impacts. First of all, we investigate their background and highlight the participation of some capitalists, such as Andrew Carnegie, John D. Rockefeller and J. P. Morgan, representing the initial leaders of the US Steel Co., Standard Oil & Co and Pennsylvania Railroad & Co., and investment bank JP Morgan & Co. This centrality begins before President Wilson's government, but we shall advocate that was in his command that the participation of financial capital was more effective in the path of one country foreign policy. This is because, with the Federal Reserve recently created, some of the economic directions were institutionalized and open to the expansion of US capital around the world. And we emphasize, by showing the results of our research, that the economical power of this capital, combined with the institutional power of the central bank, gained international dimensions, to public and private effects. These impacts were already due to a giant economy, but also to a political consonance between "Washington Houses", leading the US to their first conflict of global proportions, towards dispute hegemonic power position.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

EUA – Estados Unidos da América

FED – Federal Reserve

IDE – Investimento Direto Estrangeiro

IGM – Primeira Guerra Mundial

ONU – Organização das Nações Unidas

PNB – Produto Nacional Bruto

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Figura de guerra, “sejam bem-vindos, americanos”.....	89
Figura 2: Victory Liberty Loan.....	89
Figura 3: Victory Liberty Loan.....	90
Figura 4: Third Liberty Loan.....	90
Figura 5: “Enfrentem os <i>Huns</i> com os Liberty Bonds”.....	91
Figura 6: Coma menos trigo, “vença o Kaiser e seus U-Boats”.....	91
Figura 7: Figura estimulando a poupança para o compromisso de guerra.....	92

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1 Participação de grandes empresários nos principais setores industriais e bancários	27
Tabela 1.2 Produção Mundial de Ferro Gusa:	29
Tabela 1.3 Produção Mundial de Aço:	29
Tabela 3.1 Posição do Investimento internacional dos Estados Unidos, 1900-1924	60

SUMÁRIO

Introdução	16
Capítulo 1: Capital financeiro nos EUA, construção do truste e da grande empresa americana (1870-1914)	20
1.1 Concentração de Capital no contexto do Novo Industrialismo	21
1.2 Capital trustificado no período pré- Primeira Guerra Mundial	26
1.3 Os grandes empresários e seus trustes.....	31
Capítulo 2. A institucionalidade monetária dos EUA, o FED: seus mecanismos e os bastidores político-econômicos de sua criação	37
2.1 Criação do FED	37
2.1.1 Histórico das tentativas de um banco central dos EUA	37
2.1.2 O que limitavam essas tentativas em institucionalizar, ou satisfazer, a busca pelo poder mundial dos EUA	43
2.2 Bastidores políticos e econômicos da criação do FED	45
2.2.1 Bastidores econômicos da criação do FED	46
2.2.2 Bastidores políticos da criação do FED	49
2.3 Ganhos com o FED	54
2.3.1 Estrutura do Federal Reserve nesse formato e como seria o seu funcionamento	54
2.3.2 Como o poder monetário do FED poderia ajudar a busca de poder mundial dos EUA	55
Capítulo 3. A entrada dos EUA na Primeira Guerra Mundial	59
3.1 A economia estadunidense antes de sua participação na Guerra; os empréstimos do capital financeiro para a Europa e o início dos conflitos da neutralidade.	59
3.2 Entrada política e econômica dos EUA no final da Primeira Guerra Mundial, questões de neutralidade e financiamento	65

3.3 O financiamento da Primeira Guerra: o financiamento doméstico e o acordo da dívida de guerra da Alemanha	74
Considerações Finais	82
Anexos	87
Referências bibliográficas	91

Introdução

O início da nossa trajetória de investigação, que explicitaremos aqui, parte de um modo de visualizar o período histórico no qual se encontra a pesquisa. Ao situarmos o governo de Woodrow Wilson (1913-1921), presidente dos Estados Unidos da América, em uma época que Geoffrey Barraclough nomeia como Era Contemporânea¹, imputamos um significado metodológico na afirmação. Em outras palavras, partimos do pressuposto de que o período no qual se situa esse governo é distinto dos demais, e o que reforçaremos nessa diferença é o caráter mundial das ações políticas e econômicas dessa época.

Ou seja, ao utilizarmos desse modo de destacarmos o momento histórico, buscamos olhar o governo Wilson em um mesmo espírito temporal no qual estavam a saída de Otto von Bismarck do Império Austro-húngaro e a chegada de John F. Kennedy à presidência dos Estados Unidos da América.

Faz-se mister essa distinção temporal e metodológica, pois permeando a nossa hipótese, encontramos influências formativas que diferem qualitativamente o governo Wilson dos antecessores, enquadrando a política externa estadunidense em um novo diapasão de ação, relações e aplicação, de cunho mundial. Se o mundo contemporâneo, como o definido por Barraclough, é originado “em movimentos e desenvolvimentos” extra-europeus, é conclusão lógica a importância do estudo dos Estados Unidos da América, no início do século XX, para o que virão ser os seus primeiros passos rumo a liderança mundial.

Iniciamos esse trabalho ainda nas disciplinas obrigatórias do curso de mestrado, quando propusemos estabelecer uma relação entre Woodrow Wilson, as intervenções militares e a diplomacia do dólar. Dessa pesquisa preliminar, percebeu-se um tema mais amplo de pesquisa: como as instituições, ou figuras políticas, se relacionam com grupos econômicos, sempre ressaltando a posição e relevância dos EUA mundialmente?

¹ “Em resumo, a História Contemporânea deve ser considerada como um distinto período de tempo, com características próprias que a diferenciam do período precedente, de modo bastante parecido àquele como a chamada “História medieval” — pelo menos, de acordo com a maioria dos historiadores — se diferencia da História moderna” (BARRACLOUGH, 1964: 7)

O que isso significa, para nosso trabalho? Voltamos para o fundador da Liga das Nações, o berço da ONU, um líder político que entrou para a história como um visionário, que buscava, por meio de instituições, a resolução dos conflitos pelo mundo, como na sugestão dos 14 pontos para a paz. Sendo assim, Woodrow Wilson, seria o presidente estadunidense de imagem vinculada à paz e a do idealismo político, tanto que o mesmo, em 1919, ganha o Nobel da Paz (COHEN, 1976).

E porque a escolha da presidência de Wilson, como expoente de um tempo histórico de nossa análise? Porque é nela que se assemelham muito, os conflitos de interesses, com impactos mundiais, que as próprias instituições têm.

Os Estados Unidos da América são, sem dúvida, um país fascinante. Altamente miscigenados, por mais que não queiram ser lembrados disso, fizeram de um território rico e vasto, uma nação. Hoje e, acredito que ousamos dizer, mais incisivamente a partir de 1914, permeiam o mundo de cultura, valores, doutrinas econômicas e princípios liberais-democráticos. Portanto, a primeira entrada dos EUA na política mundial não poderia passar despercebida. E é com esse intuito que começamos o nosso trabalho.

Nos propusemos ao estudo de um período similar ao do Governo de Woodrow Wilson (1913-1921). E buscamos focar na relação do capital financeiro dos grandes magnatas de Wall Street; com a construção do instrumento de política monetária, o *Federal Reserve*; e a entrada dos EUA, em 1917, na Grande Guerra (1914-1918).

Para isso, organizamos o trabalho em três capítulos, sendo que o primeiro deles refere-se à formação do Capital financeiro nos EUA, a construção do truste e da grande empresa americana (1870-1914). Nesse primeiro capítulo, a pesquisa vai sendo amarrada com a ideia do nascimento de potências extra-europeias surgidas no final do século XIX, de Barraclough, como também, pelo despontar dos setores como siderurgia e transporte. Ou seja, como o nascimento da liderança dos EUA está também na grande empresa estadunidense.

Já o segundo capítulo aborda a institucionalidade monetária dos EUA, o *Federal Reserve* (FED), com seus mecanismos e os bastidores político-econômicos de sua criação. Nesse segundo capítulo temos como objetivo ressaltar na história do FED, de 1913-1917, com dois pontos: 1) a capacidade institucional que o FED proporcionava à economia do país e aos negócios das empresas estadunidense; e 2) quem estava por trás da formulação dessa instituição. Isso porque, e veremos no desenrolar desse

capítulo, a construção de um banco central nos EUA era foco de debate político-econômico, entorno da estrutura administrativa-burocrática do país. E, tal discussão também faz parte do escopo de nossa pesquisa, pois com a criação do *Federal Reserve*, o país conseguiu decidir mais centralizadamente a política monetária, mas com alcance nacional, pela própria estrutura do banco.

E o terceiro capítulo faz referência à entrada dos Estados Unidos na Primeira Guerra Mundial. Neste capítulo a ideia é fazer uma síntese da participação do capital trustificado, pela figura dos magnatas, e das políticas do governo Wilson na participação dos EUA na IGM, respaldado pela institucionalidade do FED.

Introduziremos ao longo dos capítulos o tema do governo em questão e do presidente Wilson, para que possamos construir o cenário no qual nosso objeto de pesquisa se enquadra. Desse modo, durante as experiências de política externa estadunidense em seu governo, inaugurou-se uma própria forma de se fazer política, a escola wilsoniana. Surgida já no entreguerras, com os acordos para a paz, a escola wilsoniana sempre volta no debate internacional, seja no pós-Segunda Guerra, com as instituições criadas para ordenar o Sistema Internacional, ou no pós-Guerra Fria, com a expansão do liberalismo democrático, abraçado pelos presidentes Bill Clinton e George W. Bush (TOVAR, 2012).

Essas análises sobre o governo wilsoniano e sobre a escola que se fez a partir da imagem do presidente normalmente negligenciam as relações de intervenção que os Estados Unidos mantinham com seu entorno estratégico, que segundo Barraclough (1981), é anterior ao século XX e remonta aos tempos de Washington.

O governo Woodrow Wilson, do início do século XX, tem em seu currículo, nos seus oito anos de duração, nove intervenções militares, excetuando-se a participação na Primeira Guerra Mundial. Pelos numerosos eventos, podemos excluir a hipótese vulgar de um Wilson pacifista. E com esse espírito, a participação dos Estados Unidos na Primeira Guerra Mundial e as negociações no seu imediato pós-guerra podem nos salientar que, apesar de ser comumente conhecido pelo princípio da ‘autodeterminação dos povos’, como no caso da Polônia, a política externa do governo de Wilson é bastante controversa e muitas vezes interventora, quando se é conveniente para os negócios dos EUA.

Ademais, se nos mantivermos na possibilidade que os EUA não tenham tido outra escolha se não a de adentrar em uma Guerra Mundial, a maior de suas intervenções até então, cabe-nos a pergunta, que procuraremos responder ao longo da pesquisa, quem os conduziram tardiamente ao conflito?

Uma pista é que o país, durante o governo Wilson já não tinha mais somente o desejo de expandir a sua política externa e suas intervenções, mas detinham agora também o poder econômico para fazê-lo, com sua preponderância econômica, exportação de capitais e a diplomacia do dólar. O casamento entre Wall Street, grandes empresários e política externa norte-americana, nessa época, marca que os Estados Unidos da América não entraram na História Contemporânea, como definida por Barraclough (1981), como coadjuvante da política mundial.

Capítulo 1: Capital financeiro nos EUA, construção do truste e da grande empresa americana (1870-1914).

“É curioso – prosseguiu, depois de uma pequena pausa – ler o que se escrevia na época de Nosso Ford sobre o progresso científico. Segundo parece, imaginavam que se podia permitir que continuasse indefinidamente, sem consideração a qualquer outra coisa. – Aldous Huxley: *Admirável Mundo Novo* “

Uma das marcas da Era Contemporânea – como denominada por Geoffrey Barraclough (1981) – é a ascensão dos polos de poder extra europeus. Parte delas decorrem da industrialização dos Estados Unidos e da Rússia e de seus crescimentos demográficos em meados de 1800. No entanto, vale ressaltar que a industrialização desses países, inicia-se de uma nova forma, intensiva em capital.

Ou seja, nelas, a relação entre o capital investido na produção e a força de trabalho empregada na mesma é maior no primeiro destes fatores, em relação ao produto total das indústrias. E a implicação dessa alta proporção de capital na produção é a exigência de um grande volume de financiamento (HOBSON, 1985).

Essa mudança pode ser vista também nos produtos símbolos dessa nova Era, visto que, depois de 1870, substitui-se a era do carvão e do ferro, pela “era do aço, da eletricidade, do petróleo e dos produtos químicos” (BARRACLOUGH, 1981: 40). Para a realização do aumento da complexidade da produção e da atividade industrial, o formato de grandes empresas é o que predominará para uma produção de massa. Tais mudanças – que seriam ao mesmo tempo constituintes e formadores da Era Contemporânea – requerem uma nova indústria, grande e financeirizada.

Deste modo, o objetivo deste capítulo é analisar os trustes e *holdings* dos EUA, a luz da história dos grandes empresários, John Rockefeller, J. P. Morgan e Carnegie, na produção de petróleo, ferro e aço, além da propriedade das ferrovias. É importante essa análise, tanto dos trustes, como da participação desses empresários na produção mundial, para observarmos a importância deles na economia estadunidense e, por consequência, na economia mundial.

Visto que os Estados Unidos são uma das novas potências surgidas na Era Contemporânea e uns dos expoentes desse novo tempo são os novos combustíveis, como o petróleo, os novos materiais, como o aço, e o despontar do comércio por meio

das ferrovias, no qual os EUA são expoentes, justifica-se, deste modo, a pesquisa e a relevância dos grandes expoentes dos trustes estadunidense para a economia mundial.

Primeiramente em nosso capítulo, discutiremos uma das marcas da Era Contemporânea, o novo tipo de indústria dessa Era, intensiva em capital e concentrada em Grandes Empresas. Nos utilizaremos das definições de Hilferding (1985), Lênin (1979), Chandler (1977) e Hobson (1983) para a caracterização dessa nova indústria, assim como da contextualização do nascimento dessas grandes corporações por Hobsbawm (2009). Ainda neste capítulo, problematizaremos a necessidade de financiamento para o tamanho dessas novas corporações.

Após a discussão sobre a concentração e o financiamento da Nova Indústria, no formato das Grandes Empresas estadunidenses, iremos ao caso específico dos EUA, com a formação dos trustes no período anterior ao governo Woodrow Wilson, a luz dos movimentos nacionais de concentração do capital, após a Guerra Civil de 1861 a 1865. Movimentos esses que nos contarão o ambiente do nascimento dos Barões Ladrões. Para essa análise e investigação, percorremos ainda a pesquisa de Hobson (1983), os estudos de Moore Jr (1974), além da discussão de Engerman & Sokoloff (2008), para a formação dos grandes trustes americanos.

E, por fim, dada a existência das figuras administrativas, financeiras e, sobretudo, políticas, dos Grandes Financistas de Wall Street, veremos sua relação com o governo estadunidense por meio das Leis Antitrustes do final do século XIX ao governo Wilson e sua participação na economia dos EUA. Para isso, recorreremos a pesquisa de Chernow (2010), DeLong (1990), Drummond (2005), Eichengreen (2000) e Rockoff (2008).

1.1 Concentração de Capital no contexto do Novo Industrialismo

Na Era Contemporânea de Barraclough (1981), aproximadamente entre 1870 e 1960, um dos fatores constituintes desse novo tempo seria o Novo Industrialismo². A importância dessa revolução fabril está na dimensão do quanto a vida da população, nas nações que passaram pelas Revoluções Industriais, conseguiu ser afetada pelo início

² Como novo industrialismo entende-se as mudanças tecnológicas, administrativas, produtivas e de distribuição que acometeram a nova indústria, privilegiando a energia elétrica como combustível fabril, os desenvolvimentos científicos, a lógica fordista de produção, a administração pelas sociedades anônimas e a distribuição por malhas ferroviárias cada vez mais longas e variáveis.

dessa nova indústria, a partir de mudanças estruturais na forma de se financiar, produzir, administrar e distribuir a produção.

Se a revolução tecnológica é o fato que mais chama atenção na economia mundial, vista a partir do final do século XIX, os seus desdobramentos como o advento da aspirina (1899), a duplicação da malha ferroviária europeia, o telégrafo, o aperfeiçoamento da tecnologia do vapor e do ferro, por meio das turbinas e do aço, e o uso da energia elétrica industrial proporcionaram o reforço à Primeira Revolução Industrial e são, deste modo, frutos do novo industrialismo (BARRACLOUGH, 1981: 11).

Contudo, neste mesmo período, mais especificamente entre 1873-1896, presenciou-se na economia uma “depressão de preços, uma depressão de juros e uma depressão de lucros” (HOBSBAWM, 2009: 66), com uma relativa estabilidade dos preços do fator trabalho. Em outras palavras, nesse período os níveis de preço dos produtos industrializados, assim como os de juros e da remuneração do capital investido, caíram mais do que os dos salários dos trabalhadores.

Esta depressão foi facilitada, em grande parte, pelo aumento da oferta de produtos fabris. Esses eram escoados por meio da grande e crescente malha ferroviária, à custos cada vez mais baixos e em maior quantidade, além dos implementos tecnológicos e ganhos de escala na produção, tanto na indústria, quanto na agricultura. Mesmo que a superprodução de bens agrícolas e industriais poderiam ter sido absorvidos por um maior mercado, o consumo de massa ainda estava em seus estágios iniciais, o que não implicava, deste modo, nas suas economias de origem, em um simples aumento do consumo de seus mercados internos.

Como reação política à Depressão, o protecionismo econômico poderia ser uma alternativa e o foi em mercados agrícolas³. E, embora, os Estados Unidos tenham protegido sua indústria pela tarifa McKinley de 1890⁴, essa não foi a única solução para a Depressão de preços que a indústria sofria. Foram nos processos de “combinação de concentração econômica e racionalização empresarial ou (...) ‘trustes’ e ‘administração

³ Com exceção da Grã-Bretanha, que terminou de solapar qualquer participação agrícola de sua economia em prol de sua posição, ainda, como centro comercial e financeiro mundial, com apoio da City Londrina. Para mais ver em Hobsbawm (2009).

⁴ A tarifa sobre os produtos importados elaborada por Mckinley, foi a mais alta entre os anos 1890 e 1930 e era uma política de proteção a indústria, ou como o próprio Mckinley cita, uma “tarifa para a política econômica interna dos EUA”. Para mais ver em Lake (1983)

científica” (HOBSABAWM, 2009: 77), a saída das dificuldades em se lidar com a compressão de preços e lucros. Isso porque reduziam os custos de produção, abrindo espaço para um aumento na margem de lucro.

O processo de concentração e centralização de capitais⁵, ocorridos com maior intensidade em meados do século XIX, adquire formas particulares nas economias centrais. Na sua forma geral, a concentração da indústria é percebida por meio da relação entre o pequeno número de grandes empresas e a detenção de grande parte da mão-de-obra por elas. O consumo de matérias primas e a produção global⁶ estão diretamente ligados a essa nova indústria que, por sua característica constituinte, tem uma maior proporção de capital empregado na produção do que de trabalho.

E os Estados Unidos da América não eram exceção. No mundo contemporâneo, surgiram as novas formas industriais no novo industrialismo. A simbiose entre a administração e a magnitude das novas indústrias era crucial para o sucesso, em termos de mercado, do novo industrialismo. De modo que, a nova administração levava a um aumento no tamanho das corporações, assim como a crescente complexidade e a inovação dos processos de organização industrial também foi responsável pelo novo industrialismo. A organização em linhas de produção, no desenvolvimento do fordismo, permitiu um aumento da produção industrial com redução dos custos, como pode ser visto em Chandler (1977):

“Durante um curto período em 1880, novos processos de produção e distribuição transferiram a organização de um número das principais indústrias americanas – tabaco, fósforos, moagem de cereais, enlatamento, sabão e fotografia. Essas mudanças são revolucionárias, e elas foram permanentes. (...) elas usaram novos processos de maquinaria contínua para produzir bens de consumo embalados e a baixo custo” (CHANDLER, 1977: 297)

Como exemplo de grandes empresas, da Era Contemporânea, são as indústrias farmacêutica, petroleira e ferroviária comercial, que não poderiam, por necessidades do grande volume de investimento de capital, no caso da farmacêutica, ou por escala, no exemplo da ferroviária, serem feitas por meio das atividades micro industriais, ou seja, por pequenas iniciativas industriais, com financiamento próprio ou de pequenos bancos. Por isso, segundo Barraclough (1981), as grandes empresas são necessidade das novas

⁵ Para mais sobre Concentração e Centralização de Capitais, na dinâmica da Acumulação Capitalista, ver Marx (1979: 779). Para o caso específico dos Estados Unidos da América, ver Hobson (1983)

⁶ Mais sobre a concentração e centralização do capital ver Lênin (1979), Hilferding (1985) e Hobson (1983).

técnicas que “ao contrário das antigas, necessitaram da criação de empresas em larga escala e da concentração da população em vastos aglomerados urbanos”. (BARRACLOUGH, 1981: 46).

Como dito anteriormente, e corroborado por Chandler (1977), os novos processos de produção são capital-intensivos e concentrados (CHANDLER, 1977: 297-298). E dentro da especificidade de ser intensiva em capital, as manufaturas também passaram por um processo de fusões, que aparentam não ser lineares em relação ao ritmo econômico. Segundo Engerman e Sokoloff (2000), podemos ver no período entre 1884 a 1909, se dividem em dois, o de crescimento em manufaturas intensivas em capital, que iria de 1884 a 1899 e o período entre “1899–1909, uma década de combinações extensivas de combinações e fusões das firmas manufatureiras, e que seguiram de uma inusitada e severa contração macroeconômica”. (ENGERMAN & SOKOLOFF, 2000: 381).

Ou seja, no primeiro período, no qual a depressão econômica ainda tinha fôlego, temos um período inicial de fortalecimento das empresas, por meio da competição, de modo que na competição por mercados, a baixos preços, quanto mais se intensificavam em capital, com relação ao trabalho, reduzindo seu custo fixo total, mais elas teriam forças de sobreviver. Já depois da depressão ter comprimido parte de seus concorrentes menos apoiados, ou com menor acesso a sua própria financeirização, era visível o movimento de fusões e aquisições.

Quanto aos exemplos históricos (dos EUA e da Alemanha), Lênin (1979) os utiliza para comprovar o movimento de concentração das indústrias, assim como o processo de integração vertical entre elas. A concentração dessa parte significativa da indústria, segundo Lênin (1979), se mostra na relação entre o pequeno número de empresas grandes e a detenção de grande parte da mão-de-obra, assim como do consumo de matérias primas e da produção global. Em suma, Lênin (1979) entrelaça os movimentos contemporâneos do capitalismo monopolista das grandes corporações, o que demonstra outra marca da Era Contemporânea:

“O que caracteriza particularmente o capitalismo atual é o domínio dos grupos monopolistas constituídos por grandes empresários. Estes monopólios tornam-se sólidos, sobretudo quando reúnem apenas em suas mãos todas as fontes de matérias-primas, e nós vimos com que ardor os grupos monopolistas internacionais dirigem os seus esforços no sentido de arrancarem ao adversário toda a possibilidade de concorrência, de se apoderarem, por exemplo, das jazidas de ferro ou de petróleo, etc. Somente a posse de colônias dá ao monopólio completas garantias de sucesso face a

todas as eventualidades da luta contra os seus rivais, mesmo na hipótese de estes últimos ousarem defender-se com uma lei que estabeleça o monopólio de Estado.” (Lênin, 1979: 81-82)

Tanto que, a participação desse novo rearranjo empresarial, ou dessa nova indústria, na economia no final do século XIX e início do século XX é relevante. Como exemplo, nos EUA, Lênin (1979) nos mostra que em 1904, as grandes empresas (1000 ou mais empregados) representavam 0,9% do total das empresas, mas que, no entanto, tinham um volume de produção próximo da metade do total produzido no país, mais exatamente 44%. “Cerca de metade da produção total do país é fornecida pela centésima parte do total das empresas! ”. (Lênin, 1979: 17).

Em geral, nas economias centrais o exemplo do impacto das grandes corporações parece também se aplicar e, segundo Hobson (1983), nas comunidades modernas, [pertencentes temporalmente à Era Contemporânea de Barraclough], há uma “porção crescente da riqueza agregada (...) [que] é produzida em empresas grandes e em expansão”. Portanto, se foi a crise que favoreceu a nova indústria, ela também nasceu da crise, criando “trustes e cartéis; e o processo de concentração, uma vez iniciado, era irreversível” (BARRACLOUGH, 1981: 46). E é neste contexto, no início da Primeira Guerra Mundial, segundo Lamoreaux (2000: 381), que se encontra a situação dos EUA: a de uma dual estrutura, entre um “centro” de empresas grandes e em volta, uma “periferia” de outras lideradas e gerenciadas pelos seus próprios donos, passíveis de serem incorporadas a uma massa maior de capital.

Embora a Grande Depressão não seja o foco deste artigo, o sistema da pequena empresa foi desafiado e com impactos mundiais pois, propiciaram, a partir da Grande Empresa, uma rede de comunicação comercial e econômica mundial, no qual os preços do centro industrializado interferiam nas regiões agrícolas. Além disso, colocavam também em questão a proteção das indústrias e a busca por mercados externos para suprir essa superprodução e, conseqüentemente, voltar aos níveis de preço anteriores a 1870⁷. Essa lógica de concorrência por novos mercados pode ser conferida no argumento de Hobsbawm (2009), na qual transbordavam a competição empresarial - privada: “A industrialização e a Depressão transformaram-nas [as economias nacionais] num grupo de economias rivais, em que os ganhos de uma pareciam ameaçar a posição

⁷ “A habilidade crescente das manufaturas dos EUA de penetrar em mercados externos era dramática, e as exportações manufatureiras, como parte do total exportado cresceu de 28 por cento em 1860 para 60 por cento em 1910. (ENGERMAN & SOKOLOFF, 2000: 381)

de outras. A concorrência dava-se não só entre empresas, mas também entre nações”. (HOBSBAWM, 2009: 75).

Para o funcionamento de uma grande corporação como a dos trustes e *holdings*, um enorme volume de crédito a acompanhava. Hilferding (1985: 217) resume em uma única frase esse raciocínio anterior: “O cartel ou truste é uma empresa de grande poder de capital”. Nessa frase está contida a máxima do funcionamento, existência e dinamismo dos trustes, a aliança com o capital bancário. Para absorver as empresas menores, as grandes corporações são financiadas pelos grandes bancos⁸, assim como, na máxima, dependem dos seus créditos de circulação e produção, por meio, inclusive, da venda de seus títulos ou ações.

1.2 Capital trustificado no período pré- Primeira Guerra Mundial.

Se a definição de capital financeiro, segundo Hilferding (1985), é a da junção entre dois mundos de ganhos, o bancário, recebedor de juros, e o industrial, recebedor de lucros, os Estados Unidos da América não fugia a essa marca da Era Contemporânea. Contudo, tinham sua particularidade. O capital financeiro nos EUA distingue-se por financiar-se junto das sociedades de ações (HOBSON, 1983: 176; CHANDLER, 1972: 230). Ou seja, a liquidez e a propulsão dos investimentos das grandes corporações estadunidenses tinham como mecanismo a venda e revenda de ações das próprias empresas, ou de títulos de dívidas, nos mercados abertos.

Daí a grande influência de Wall Street na indústria estadunidense, assim como a maior facilidade da presença dos grandes empresários americanos em diversas corporações. Mas a maior relevância está na centralidade que esses trustes assumem na economia estadunidense e a grande magnitude do esforço nacional de produção, ou seja, a riqueza produzida pelos países, assumia a forma de um estágio de monopólio privado. Segundo Hobson (1983), já em 1900 – com base nos dados do Censo do EUA de mesmo ano – as grandes corporações americanas comandam praticamente toda a

⁸ Há um debate sobre a ordem do processo do crescimento do tamanho da indústria e o financiamento pelos grandes fluxos de capitais bancários. Para mais, ver Hilferding (1985), Hobson (1983) e Lênin (1979).

indústria do ferro, aço e derivados; de alimentos; de produtos químicos; entre outros, além dos estabelecimentos bancários.

No início, o controle organizado da indústria, na forma de trustes, segundo Hobson (1983: 147) é realizado por meio das companhias ferroviárias, que são as primeiras grandes empresas americanas (CHANDLER, 1972: 232) e que também estavam ligadas aos bancos. A magnitude das estradas de ferro dos EUA também chama a atenção e “Por volta de 1875, uma única companhia de estrada de ferro norte-americana, a Pennsylvania, operava em extensão de trilhos equivalente à metade do total das estradas de ferro operadas na França e a mais de um terço do mesmo total na Grã-Bretanha” (CHANDLER, 1972: 232). Mas não eram exatamente a relação com seu extenso território que tornavam as ferrovias grandes, mas sim sua relação de origem da própria Wall Street (CHANDLER, 1972: 233).

Portanto, as associações entre grandes empresários no comando dos trustes estadunidenses, dos bancos e das ferrovias levam Hobson (1983) a elucidar, a partir da pesquisa do “Prof. Meyer”, na *American Econ. Assn. Report* de 1904, que essas associações são em grande parte formas complementares externas das inversões dos lucros. A seguir, temos uma tabela 1.1, elaborada pelo professor Meyer, na obra supracitada e encontrada no livro de Hobson e que comprova a diversificação da propriedade, de investimento, em parte pela sociedade de ações, das grandes indústrias e ferrovias, nas mãos de alguns cidadãos.

TABELA 1.1. Participação de grandes empresários nos principais setores industriais e bancos

	Banco	Truste	Seguro	Caixa-forte para depósitos e Certificados	Ferrovias	Telégrafos	Telefone	Cabo submarino	Serviço Postal	Navegação	Bens Imóveis	Manufaturas	Diversos	Total
Alexander, J. W.	3	2	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	8
Babcock, S. D.	2	4	3	-	3	-	1	-	-	1	6	-	1	21
Baker, Geo. F.	6	7	3	2	8	-	-	-	-	-	1	9	-	36
Belmont, August	6	5	3	1	10	-	-	-	-	-	1	7	2	35
Camnan, H. M.	1	2	1	2	7	-	-	-	-	1	-	1	2	17
Cox, C. F.	1	-	-	1	26	-	-	-	-	-	-	-	-	28
Depew, C. M.	1	4	1	3	53	1	-	-	-	-	-	2	2	67
Fish, Stuyvesant	3	1	2	1	3	1	-	-	-	-	-	-	2	13
Gary, E. H.	2	-	-	-	6	-	-	-	-	1	1	23	1	34
Gould, Geo. J.	1	1	1	2	23	8	2	1	-	1	-	-	2	42
Harriman, E. H.	3	2	1	1	25	1	-	-	1	3	-	-	-	37
Hyde, J. H.	5	4	5	4	6	1	-	-	-	-	-	2	-	27
Lamont, D. S.	1	2	1	-	21	-	-	-	1	2	1	1	-	30
Morgan, J. P.	1	-	2	-	22	2	-	1	-	-	1	2	2	33
Rockefeller, Wm	6	1	1	-	9	-	-	-	-	-	-	11	-	28
Rossiter, E. V.	2	-	1	2	31	-	-	-	-	-	-	3	-	39
Sage, Russel	2	-	-	1	11	6	1	1	-	1	1	2	-	26
Schwab, C. M.	-	1	-	-	5	-	-	-	-	-	-	22	-	28
Stillman, J.	10	6	6	2	12	1	-	-	-	-	1	6	4	48
Twombly, H. Mc	1	2	1	-	28	-	-	-	-	-	2	1	-	35
Vanderbilt, W. K.	1	-	-	-	50	-	-	-	-	-	-	-	3	54

Fonte: American Econ. Assn. Report. 1904, Prof. Meyer In: HOBSON, J. A., "A Evolução do Capitalismo Moderno", pp 190, 1983.

Dado o caráter associativo da grande corporação estadunidense, Hobson (1983), elenca os trustes de primeira ordem, nos EUA, do início do século XX, que podem ser nomeados: Standard Oil & Co.; Anthracite Coal e; United States Steel Co. Sendo que a Standard Oil, tem na sua formação inicial descontos ilícitos com ferrovias que cortavam o território petrolífero. Já a Carnegie Steel, que em 1901 após ser comprada por J. P. Morgan se tornará U. S. Steel & Co., tinha taxas preferenciais com a companhia ferroviária da Pennsylvania. E, por fim a Anthracite Coal, era controlada por sete companhias de estrada de ferro que cortavam seu espaço carbonífero.

“Also important in meeting this increased demand for funds were key changes in the nature of the financing process that influenced rates of capital formation, particularly for larger firms. Rather than relying on internal financing out of profits, the changing structure of the banking sector after the Civil War, and then, during the 1890s, the development of stock markets and other related financial institutions trading in industrial securities, increased the importance of external financing. These new sources of financing provided more opportunities for growth in the size of firms” (ENGERMAN & SOKOLOFF, 2000: 386-387).

Vejamos John D. Rockefeller, que em 1870 criou a Standard Oil Company. Ele, além do truste da petrolífera, tinha participações em diversas ferrovias. Esse truste foi “um símbolo de uma nova era” e embora o motor de explosão estivesse em seus estágios iniciais de desenvolvimento, a Standard Oil tinha “uma sucursal em todas as povoações da América, da costa do Atlântico à do Pacífico”. O que garantiam aos EUA, então, a exportação de 60 milhões de dólares em petróleo, ficando atrás da Rússia, na extração total do mundo. (BARRACLOUGH, 1981: 43).

“Já deixava de ser uma questão de trocar manufaturas europeias – predominantemente têxteis – pelos produtos tradicionais do Oriente e dos trópicos, ou mesmo de fornecer escoamento para as crescentes indústrias de ferro e aço, mediante a construção de estradas de ferro, pontes e obras parecidas. A indústria saía pelo mundo em busca de materiais básicos, sem os quais, em sua nova forma, não poderia existir” (BARRACLOUGH, 1981: 49).

Além de Rockefeller, segundo Barraclough (1981), Andrew Carnegie, empresário americano, estava produzindo mais aço do que toda a Grã-Bretanha em 1901, pela Carnegie Steel Corporation. O que nos leva a analisar a importância da produção de um industrial, em um ramo vital para a Nova Indústria, o aço, rivalizada com a da nação que era responsável pela Revolução Industrial, a Grã-Bretanha. E, a partir disso, a posição de produção de ferro, na competição entre os Estados poderia também ser avaliada pelo poder dos monopólios nacionais.

Afinal, na produção de ferro gusa, assim como na de aço, os EUA mantinham um primeiro lugar mundial com bastante folga. Vejamos a tabela 1.2 e 1.3, que abordam essas produções, respectivamente. Na de produção mundial de Ferro Gusa, antes da Primeira Guerra Mundial, se tivéssemos uma fotografia dessa produção veríamos os Estados Unidos produzindo próximo a metade da produção mundial.

TABELA 1.2. Produção Mundial de Ferro Gusa (em milhões de toneladas)						
Países	1913	1919	1920	1921	1922	1923
Total Mundial	77182	50843	58854	34700	51938	64580
Estados Unidos	30655	30579	36401	16506	26851	39500
Grã-Bretanha	10260	7398	8035	2610	4902	7860
França	5126	2374	3380	3308	5147	5000
Bélgica	2428	247	1099	862	1578	2118
Alemanha	19000	6192	5568	6096	8000	4000
Itália	420	251	107	75	91	200
Fonte: Statistical Abstract of USA, 1923, p. 270. <i>In</i> : HOBSON, J. A. "A evolução do capitalismo moderno", p. 336, 1983.						

Ou seja, se em 1901, somente a Carnegie Steel & Co., antes de ser vendida a J. P. Morgan, produzia mais aço do que toda a Grã-Bretanha, em 1913, antes do início da Grande Guerra, os EUA não somente tinham quase duas vezes o número de toneladas produzida pela Alemanha, assim como próximo a quatro vezes o número produzido pela Grã-Bretanha.

TABELA 1.3. Produção Mundial de Aço (em milhares de toneladas)						
Países	1913	1919	1920	1921	1922	1923
Total mundial	75019	57111	67145	42487	63098	72573
Estados Unidos	31301	34671	42133	19744	35603	44400
Grã-Bretanha	7664	7894	9067	3701	5881	8480
França	4614	2151	3002	3010	4464	4750
Bélgica	2428	329	1233	780	1539	2185
Alemanha	18631	7648	6624	8700	9000	5000
Itália	918	763	762	672	600	800
Fonte: Statistical Abstract od USA, 1923, p. 270. <i>In</i> : HOBSON, J. A. "A evolução do capitalismo moderno", p. 337, 1983.						

Segundo Hobson (1981), A entrada dos EUA na corrida pelo comércio e pela expansão territorial, não poderia ocorrer sem um acréscimo na complicação da própria rivalidade. Afinal:

“A medida que o ponto focal da atenção e das atividades políticas se ia desviando até os Estados do Pacífico, e que as aspirações comerciais dos EUA iam tentando incrementar seu comércio com as ilhas do pacífico e da costa da Asia, ia parecendo provável que as mesmas forças que empurravam os Estados europeus a perseguir a expansão territorial atuariam também nos Estados Unidos, impulsionando-os a abandonar o princípio do isolamento americano que até então havia regido sua política”. (HOBSON, 1981: 45)

Tal processo alimenta-se de um espírito expansionista da própria nação, no caso específico dos EUA, o Destino Manifesto⁹ inicia-se antes da Guerra Civil de 1860, da expansão da malha ferroviária para o Oeste desbravado. Contudo, alimenta-se

⁹ Segundo Drummond (2005), é escrito, como um princípio, pela primeira vez em “uma edição de 1845 do jornal Democratic Review, para justificar a política norte-americana em relação ao Texas”, portanto, parte de uma extroversão territorial de parceria público-privada – mesmo que não seja institucionalizada como tal – de construção das ferrovias, desapropriação de terras e emprego de mão de obra local para sua viabilização. Isso pode ser também visto em Moore Jr. (1979).

também das necessidades de controle direto de matérias-primas (HOBSON: 1983) e dos mercados locais para a venda de seus produtos acabados.

1.3. Os grandes empresários e seus trustes

Antes de começarmos a falar sobre os empresários e seus trustes vale a pena ressaltar dois fatos sobre a maneira como os EUA veem posições monopolísticas: A) Se elas prejudicam ao consumidor e B) Essa nação é estava, na época, entre as maiores legisladores do assunto contra a prática. Então, quando nos referimos aos “grandes empresários” estadunidenses, estamos, paralelamente, nos referindo ao jogo de negócios daquele país.

Cartéis são soluções temporárias para ajustes conjuntos de preços e preservação de lucros. Quando na Depressão do final do século XIX, após períodos de elevação de preços (CHANDLER, 1972: 239), os membros do cartel abandonavam o conluio, portanto, as associações em forma de cartéis se tornavam instáveis, como pode ser visto no trecho abaixo de Engerman & Sokoloff (2008):

“Throughout most of the nineteenth century the government played a role in influencing industrial growth, to a great extent by providing positive incentives. It was only at the end of the century that the government added widespread regulation to promotion. Supreme Court decisions, such as *Munn v. Illinois* (1877), pointed the way to government regulation. The Sherman Antitrust Act of 1890, following the Interstate Commerce Act of 1887, was intended to reduce the extent of monopolization in the economy, by making illegal certain business practices. Primarily in response to agrarian concerns seeking to limit the ability of manufacturing firms to set monopoly prices, the Sherman Act made illegal certain forms of business behavior, including active collusion among individuals and firms. This presumably meant that separate firms could not reach agreements to restrict trade, making cartels illegal. However importante this legislation was in indicating a new direction in government policy, it did leave some loopholes. (...) for example, the Court decided that manufacturing was different from interstate commerce, so that the actions of the Sugar Trust were not considered to be covered under the Sherman Act. Legislation by New Jersey permitting holding companies (1888–89) led to legalized acquisition of firms by other firms via the purchase of securities. The desire for market control within an industry led to increased horizontal mergers, replacing prospective cartels of several firms with one large firm, and this culminated in the great Merger Wave of the years 1897–1903.” (ENGERMAN & SOKOLOFF: 2008, 392)

Esse foi o caso de John Rockefeller, e da indústria do petróleo por meio da Standard Oil Company, o primeiro truste comercial moderno (CHANDLER, 1972: 240), que abandonou a combinação de preços e partiu para uma verticalização de sua atividade, chegando em finais de 1880 a extrair óleo cru. Deste modo, ao contrário do que os “homens da estrada de ferro” que tentaram segurar seus rendimentos pelos

cartéis, as grandes corporações trustificadas obtinham o controle legal de outras empresas pela compra de ações, em forma de holdings. (CHANDLER, 1972: 239)

Mesmo assim, toda prática monopolista, não importando o nome que a empresa receba – truste, *holding* –, é possível de ser investigada pelo governo dos EUA. Em 1912, por exemplo, um comitê público, discutia as ações do “Money trust”¹⁰, ou dos que possuíam o dinheiro. Segundo, DeLong (1990), alguns políticos progressistas como Louis Brandeis “estavam certos que a Morgan and Co. controlou o dinheiro da indústria e que tal controle seria algo ruim” (DELONG, 1990: 7). Contudo, como a premissa para a proibição à prática monopolista parte de uma premissa que pode ser flexibilizada, a do prejuízo aos consumidores, não se pode afirmar que todo questionamento da prática seja avaliado pelo governo. Afinal, quando:

The Clayton Anti-Trust Act (1914) attempted to restrict mergers by limiting the formation of combinations by stock acquisition. Before its passage, however, there had been a significant court decision that served to redirect the thrust of antitrust activity. The decision in *Standard Oil Company of New Jersey v. United States* (1911) proposed a “rule of reason” in regard to monopoly behavior, making the court’s decision depend upon whether the trust was “unreasonable,” as Standard Oil had been, or if the outcome of pricing and innovating policies were “reasonable” and in the presumed interests of society. (ENGERMAN & SOKOLOFF: 2008, 393)

Já mencionamos o fato de empresários como Morgan, Carnegie e Rockefeller terem em suas funções, ou em sua propriedade, magnitude de Estado, dado o volume de seus capitais ou da produção de suas empresas. Mas o que ainda não retratamos é como alguns desses grandes empresários, ou como são conhecidos por Barões Ladrões, tem o poder de influenciar uma economia nacional do porte da estadunidense. Vale ressaltar que a posição desses empresários não acaba em si, mas se perpetua na sua própria hereditariedade. Lens (2006) afirma que J. P. Morgan é um dos poucos que já tinha herança, no começo de sua vida profissional, mas deixaram seus impérios para seus descendentes.

¹⁰ “Money Trust” é uma expressão utilizada para definir a ligação entre o dinheiro dos banqueiros e a participação dos mesmos nos corpos administrativas dos grandes trustes. Existem opiniões favoráveis e contrárias a esse casamento financeiro-corporativo. Alguns defendem que somente a concentração dessas funções (financiador e administrador) levaria a eficiência da gestão, enquanto outros advogam a desconfiança ética que existe quando uma pessoa tem dois senhores. O que nos é relevante é entender que a dimensão alcançada pelas corporações americanas não era possível sem o financiamento dos bancos e das emissões de ações de suas empresas, contudo, o controle financeiro por alguns banqueiros, além de pouco ético, pode estimular a criação de uma rede de propriedades ligadas a poucos donos. Então, por meio deste raciocínio, voltamos a discussão da concentração, mas principalmente o papel do capital financeiro, ainda como descrito por Hilferding (1985), no entrelaçamento das propriedades corporativas e nas práticas monopólicas.

Grande parte do envolvimento de Morgan com a economia estadunidense ocorre por meio do volume de capital levantado pelo empresário. Há dois momentos instigantes sobre a participação de J. P. Morgan, a crise de final de 1800 e o Pânico de 1907. No primeiro desses episódios, dada a crise, o Tesouro chegou a soltar 62 milhões de títulos, que foram absorvidos por Morgan com a promessa de não ser liquidados, por ouro, durante seis meses. Ou seja, o empresário financiou o governo americano, dado o aumento da dívida pública, por meio dos *bonds*, com prazo de seis meses. E o outro episódio é o do Pânico de 1907, no qual J. P. Morgan, “salvou” a bolsa de Nova Iorque, organizando um montante de 10 milhões de dólares. (ROKOLOFF, 2008: 671).

Tal era esse papel de um dos *Barões Ladrões*, segundo Lens (2006) que “Os Morgan, pai, filho e sócios, não eram meros indivíduos, mas o epicentro do capitalismo americano” (LENS, 2006: 363). Um indício dessas relações entre o governo dos EUA e capitalistas financeiros é que em 1913, durante o governo Woodrow Wilson, sobre a abrangência do capital estadunidense, o presidente possivelmente teria se reunido aos diretores do National City Bank, dentre eles W. Rockefeller, e ele teria acordado “que as leis americanas tinham que ser mudadas para permitir que os bancos façam investimentos diretos estrangeiros e compitam mais eficazmente no mercado mundial”. (Hart, 2002: 296).

Segundo nossa pesquisa¹¹, as relações entre as grandes finanças dos Estados Unidos, o poder político de Woodrow Wilson e a intervenção no processo da Revolução Mexicana¹² são exemplos históricos do poder influenciador, desses capitalistas, em uma economia nacional do porte da estadunidense. Ou seja, uma relação entre o comércio, as finanças e o poder do Estado na política externa dos EUA. Um dos exemplos da relação entre a elite banqueira e a industrial americana – portanto, capital financeiro estadunidense – é que durante os anos de 1914 a 1917, “combinaram seus poderes, suas conexões políticas, e seus interesses globais para influenciar decisivamente nas decisões dos seus governos para intervir na Colômbia – pelo projeto do Canal do Panamá -, nos resultados da Revolução mexicana e na entrada da Grande Guerra.” (HART, 2002: 296). E o desdobramento disso é que no caso mexicano, enquanto o país lutava:

¹¹ A partir de Hart (2002); Lens (2006); Dias (2008).

¹² Wilson ocupou em abril de 1914 o porto de Vera Cruz dizendo estar ali para lutar contra Huerta. “Ingênuo ou não, Wilson estava muito habituado a métodos clandestinos, fazendo uso de agentes secretos para apoiar uma facção contra a outra. (...) Em junho de 1915 ele lançou uma advertência de que desordens podiam levar os EUA a intervir, para o bem (é claro) do povo mexicano” (KIERNAN, 2009: 212).

“As elites financeiras americanas estenderam o poder de seus monopólios no México e afora ganhando controle de recursos estratégicos que não estão disponíveis no próprio país deles. Um dos recursos era a borracha. U.S. Rubber deu a Morgan a oportunidade de estabelecer controle vertical e horizontal da indústria da borracha. (...) Simultaneamente, Morgan comprou US\$600000 de ações da Companhia Internacional de Borracha do México, com opção de comprar mais. Os donos da empresa incluíam o associado de Morgan, H. P. Davison; A. H. Wiggin, presidente do Banco Chase; William C. Potter do Banco Brown Brothers e Tlahualilo Estates of Torreón; Charles H. Sabin, o presidente do Banco National Copper e a Companhia Colima Lumber; Bernard Baruch, um conselheiro financeiro do presidente Wilson; os irmãos Rockefeller; e o Senador Nelson Aldrich.” (HART, 2002: 293)

Em nossa pesquisa precisamos ver a posição da economia dos EUA, com relação ao mundo, condição essa que propicia, respectivamente, o surgimento tanto do país, quanto de Wall Street, como potência política e financeira mundial (KENNEDY, 1989). Analisamos também como o capital financeiro em Wall Street, a junção entre o capital industrial e os bancos, formaram um processo de concentração. E, no que se refere à indústria, a relação entre o pequeno número de empresas grandes e a detenção de grande parte da mão de obra, assim como do consumo de matérias primas e da produção global (LENIN, 2012).

Embora o processo de centralização do capital industrial e sua união aos bancos seja anterior ao governo Wilson e refira-se aos anos 1870, pós-Guerra Civil estadunidense – além de causa e consequência¹³ posterior da crise de superprodução e da Grande Depressão dos preços e lucros, entre 1873 e 1895 (BARRACLOUGH, n/d) –, o que se pretende é situar os Magnatas de Wall Street, dentre eles os Rockefellers, os Gould e os Morgan, como parte consolidada do capital financeiro estadunidense.

O período entre 1870 a 1960 é demarcado por Geoffrey Barraclough como uma nova Era da História, a Era Contemporânea. Nesse período, uma das marcas que o distingue é a política mundial, derivada de centros de decisão da política e da economia mundial externos ao Concerto Europeu. Os Estados Unidos como potência, se olharmos retrospectivamente, é provavelmente a grande novidade no sistema de Estados Modernos, desde a formação dos Estados Nações.

Vimos, também, que o aprimoramento tecnológico trazido pela Segunda Revolução Industrial nos Estados Unidos, conjuntamente com a crescente expansão da malha ferroviária, são fatores que marcam uma nova era na História. Percebemos

¹³ Segundo Barraclough (n/d): “Assim, a crise, ao favorecer a racionalização e a administração unificada, foi um incentivo para a criação das grandes organizações industriais e para a formação de trustes e cartéis; e o processo de concentração, uma vez iniciado, era irreversível”.

também, que a revolução tecnológica trouxe consigo desafios administrativos e financeiros, pois exigia uma eficiência e u e o que, nos EUA, há um movimento de acumulação capitalista em direção a uma concentração e centralização de capitais, que são importantes para a economia estadunidense.

Seja pelo seu tamanho espacial continental, seu grande potencial agrícola, pela sua alta e crescente demografia, ou pelo seu desempenho industrial, atrativo de capitais internacionais, a envergadura dos EUA se torna uma vantagem relativa, combinada à expressão econômica e política da nação, no âmbito internacional, que desponta principalmente entre os anos 1870 e 1914. Afinal, os impactos na vida cotidiana da mudança de era afetaram o modo de vida de quem viveu em 1850 e quem viveu em 1900. Procuramos, por meio do desenvolvimento industrial, mais especificamente das grandes corporações, o destaque internacional da economia industrial.

Por meio da ferrovia, segundo nossa pesquisa, a grande corporação estadunidense nasceu e foi capilarizada e disputada pelos grandes empresários e suas fortunas, como é o caso de J. P. Morgan e a U. S. Railroads; Rockefeller e a Pennsylvania Railroad; e Vanderbilt e a Erie. Se a ferrovia é a primeira grande corporação, é uma relação entre o território no qual ela se encontra que se estabelece uma associação entre o acesso as matérias-primas pelos quais elas passam e seus investidores. Contudo essa associação entre ferrovias, bancos e trustes só era possível por meio da sociedade de ações, nas quais a obtenção do controle das empresas e ferrovias se dava pela compra de ações das empresas, o que permitia uma maior flexibilidade da propriedade e uma maneira distinta de domínio sobre a atividade industrial.

Os grandes impérios dos Magnatas como J. P. Morgan, J. Rockefeller e A. Carnegie interessaram a nossa pesquisa primeiramente pela magnitude de seus capitais e produção, assim como no efeito influenciador desses grandes capitais na economia dos EUA e, conseqüentemente, na economia mundial. Principalmente escorado pela ausência de uma autoridade financeira/fiscal como o Banco Central, Morgan fez às vezes de Banco Central, na crise dos bancos dos fins de 1800. Além disso, a J. P. Morgan & Co. recebeu a oportunidade do governo estadunidense de ser o agente fiscal

da recém criada República do Panamá e de emprestar 40 milhões de dólares à construção do Canal do Panamá¹⁴.

Assim como Morgan, a Pennsylvania Railroad de Rockefeller representava um terço da malha ferroviária da Grã-Bretanha e a produção de aço pela Carnegie Steel Co. – antes da compra de Morgan e transformação, junto de outras 33 companhias em United Steel Co. –, em 1901, já era maior do que a produção da Grã-Bretanha. Portanto, dada a magnitude dos capitais e da produção desses magnatas, o poder de barganha deles era intenso e participavam decisivamente nas operações dos EUA de aumento de zonas de influência, ou eram protegidos na sua busca por matérias-primas e mercados consumidores. Veremos que, o sistema financeiro dos EUA, antes da criação do FED, propiciava uma oportunidade para os negócios privados dos magnatas nas negociações internacionais do governo. No entanto, no próximo capítulo veremos se a institucionalização do Banco Central dos Estados Unidos favoreceu a ampliação dos negócios internacionais dos magnatas de Wall Street, ou se ocupou essa função.

¹⁴ Dado este presente na página eletrônica do conglomerado www.jpmorgan.com (Acessado em 07/04/2015)

Capítulo 2. A institucionalidade monetária dos EUA, o FED: seus mecanismos e os bastidores político-econômicos de sua criação.

O *Federal Reserve System*, criado a partir do Federal Reserve Act de dezembro de 1913, durante o governo Woodrow Wilson, é uma instituição destinada a estabelecer um sistema bancário-financeiro para os Estados Unidos da América. O *Federal Reserve* (FED) é comumente traduzido como sendo o banco central dos EUA, no entanto, essa ressignificação é incorreta, devido ao formato e a funcionalidade desempenhada pela instituição.

É importante a distinção do FED, como instituição federal monetária e financeira, visto que, a sua própria formação carrega em si o debate estadunidense do que deveria ser a política, a economia e a livre iniciativa. Deste modo, o capítulo que se segue tem duas funções, dentro do escopo deste trabalho: 1) Explicar como a criação da instituição encontra obstáculos no debate político-administrativo estadunidense e 2) Questionar o impacto, ou as possibilidades, que advirão com a criação e estabelecimento de uma instituição como o *Federal Reserve* para a economia e a política, doméstica e internacional, dos EUA.

2.1 Criação do FED:

2.1.1 Histórico das tentativas de um banco central dos EUA;

Antes do *Federal Reserve System*, de 1914, os Estados Unidos tiveram duas principais tentativas de centralização do sistema financeiro-bancário. A primeira data de 1791, com o Primeiro Banco dos Estados Unidos, vigente até 1811, e a antecessora do FED que data de 1816, atuando até 1836.

O Primeiro Banco dos Estados Unidos foi instituído no governo George Washington (1789-1797) e ficou em vigor entre 1791 e 1811. Como regulamento, o mandato para funcionamento do banco central, nesse período, era de 20 anos, passível de ser ampliado por igual tempo. Das funções que são similares as modernas de um banco central, o Primeiro Banco era prestador de última instância e agente da política fiscal do governo. Ou seja, era responsável por ceder crédito ao sistema bancário, fazer os movimentos de contração e cessão de meio circulante na economia e emitir e retirar títulos públicos do ambiente econômico, fazendo o controle das despesas do governo.

Contudo, haviam suspeitas políticas da origem do controle do Primeiro Banco e a quais interesses ele respondia. E isso trazia instabilidade e ameaçava a viabilidade do Banco, assim como se refere Hafer (2005), ao dizer que:

“Durante os primeiros anos dos 1800, não somente debatia-se sobre a monopolização do governo a respeito da oferta de moeda pelo banco, mas também veio à tona a grande proporção de ações do banco que eram de propriedade de investidores externos. Mesmo que a formulação do banco deixasse clara que somente os cidadãos estadunidenses pudessem ter posições de controle no banco, alguns argumentaram que o banco estava sendo usado para benefício de estrangeiros ao invés do público doméstico. Embora haja pouca fundamentação nessas alegações, a briga política prejudicou seriamente a reputação do banco” (HAFER, 2005: xii)

E, deste modo, em 1811, após 20 anos de funcionamento, a ideia de renovar o mandato do Primeiro Banco dos Estados Unidos foi rechaçada em várias instâncias do poder público, demonstrando a briga política por detrás da instituição. No Congresso foram 65 votos contra e 64 a favor, no Senado foram 17 contra 17 e, por fim, o vice-presidente George Clinton, representante republicano, fez o último declínio à renovação do Primeiro Banco. (HAFER, 2005: xii)

Outra tentativa de um sistema bancário centralizado foi a do Segundo Banco dos Estados Unidos, localizado na Filadélfia e fundado em 1816 durante o governo James Madison (1809-1817). Nessa nova versão, o Banco exercia as mesmas funções do Primeiro Banco, contudo o contexto de sua existência não lhe era favorável. Isso porque, o Segundo Banco dos Estados Unidos foi contemporâneo ao Pânico de 1819 e a sua seguinte recessão econômica. Essa nova versão do Banco passou por dois questionamentos: o econômico, que se baseava na responsabilidade do banco no Pânico de 1819; e o político, entre os partidários de um banco central e seus opositores, entre eles o futuro presidente dos Estados Unidos, Andrew Jackson (1829-1837)¹⁵.

Sobre o questionamento econômico da viabilidade do banco, as razões remontam-se na justificativa de que “O Segundo banco geralmente pegava a moeda dos bancos estatais em troca das suas”. E como elas eram lastreadas em ouro e prata, o método de segurança de conferência do Segundo Banco das ações dos estados, poderia

¹⁵Andrew Jackson foi o sétimo presidente dos Estados Unidos e lutou na Guerra Anglo-Americana de 1812, como candidato a presidência em 1828 e, segundo Hafer (2005), ele “representava o Oeste [no tempo em que o Tennessee era o Oeste] e os interesses agrários, que se opunham a qualquer ação que pudesse centralizar poder no Leste do país(...)Jackson publicamente ordenou sobre os perigos do segundo banco e dos bancos centrais em geral. Depois de ter vencido Henry Clay pela presidência, Jackson intensificou sua campanha contra o banco. Isso ficou conhecido por ‘Bank War’ [Guerra ao Banco] com Jackson descreditando o Banco e Biddle [Presidente do Segundo Banco], sugerindo que o banco estava sendo gerido por pessoas do Leste, que se não se importavam com as necessidades dos cidadãos comuns” (HAFER, 2005: xiii)

ter causado aos bancos comerciais um temor ao emitir moeda, generalizando, deste modo, o Pânico de 1819 (HAFER, 2005: xiii).

O mandato presidencial de Andrew Jackson, somado as intempéries econômicas levaram em 1836 a não renovação do exercício do Segundo Banco dos Estados Unidos. No entanto, o que podemos perceber nas duas experiências dos bancos antecessores ao FED é a questão política como um entrave na manutenção de uma estrutura centralizada de um sistema financeiro. Isso é manifestado nas tentativas anteriores, pois há um cisma entre os políticos que almejam a união financeira e os outros que veem a centralização como uma obra de monopólio do governo, principalmente no que se refere à região nordeste dos Estados Unidos da América.

Em outras palavras, a dicotomia que se manifestou na Guerra Civil (1861-1865) dos EUA – oposição entre o nordeste industrial e o centro-sul agrário exportador – ficou também impressa nas discussões no Congresso e no Senado a respeito da centralização bancário-financeira do país. Sendo assim, a própria construção do FED teria dentro de si o debate político estadunidense.

Contudo, entre 1893 a 1912, período esse que engloba parte dos 77 anos em que os Estados Unidos não tiveram um banco central, houve inúmeros períodos temporais de recessão. Embora saibamos e tenhamos abordado no capítulo anterior, que este período converge com o período internacional de deflação de preços, o número de episódios é notável. Segundo Meltzer (2003) e o National Bureau of Economic Research (NBER), houve seis períodos de recessões nos Estados Unidos, como os de 1893–94, 1895–97, 1899–1900, 1902–4, 1907–8 e 1910–12.

Em grande parte, tanto Meltzer (2003), quanto Hafer (2005), atribuem às sucessivas intempéries econômicas e às corridas bancárias¹⁶ os inúmeros episódios de pânico e recessão. Concomitantemente, em 1837, último ano do governo Andrew Jackson, foi aprovada a *Michigan Act*, marco da *Free Banking Area* (1837-1864)¹⁷, no qual a partir de um determinado volume de capital e da compra de títulos públicos como colaterais, qualquer pessoa poderia abrir um banco, segundo Hafer (2005). Contudo, na década de 1860, com a Guerra Civil, os preços dos títulos sulistas despencaram, o que estremeceu a *Free Banking Era*.

¹⁶ Corrida bancária é o termo utilizado para a brusca retirada em massa dos saldos bancários pela população individual e empresarial.

¹⁷ Período esse que nos Estados Unidos constitui uma legislação contra a regulação do sistema bancário.

Outro componente que auxiliou o fim da era liberal de abertura de bancos foi, no período da Guerra de Secessão, a aprovação pelo congresso do *National Bank Act*. Esse ato de 1864¹⁸ previa a regularização e a centralização do sistema bancário por uma entidade federal, da qual nenhum banco poderia emitir moeda, além dos bancos autorizados. E, deste modo, a exclusividade e a regulamentação foram fatores que estimularam o fim da *Free Banking Era*.

Segundo Hafer (2005), podemos ver o impacto do *Act* na *Free Banking Era*, quando a partir desse decreto era imposto uma taxa sobre as notas dos bancos, fazendo deles “não rentáveis e condenando a sua existência” (HAFER, 2005, xiii). Essa era uma maneira de impedir o lançamento de notas bancárias, reestabelecendo o controle da emissão monetária dos EUA nas mãos do Tesouro. Ou seja, recuperando algum controle da emissão pelo governo. Outra característica foi trazida pelo Ato do Banco Nacional, como a modernidade do sistema bancário, assim como Hafer (2005) destaca:

“O Ato do Banco Nacional também trouxe aspectos de modernidade. Impediu bancos de duplicarem, uma prática revivida durante a Grande Depressão e que somente foi removida. Os Bancos Nacionais foram obrigados a manter reservas para proteger os depósitos de seus clientes, em Nova Iorque, Chicago e St. Louis” (HAFER, 2005: xiv)

Contudo, o modo previsto pelo Ato para as reservas¹⁹ dos bancos era um flanco aberto à uma pretensão de se estabilizar os fluxos de moeda. Isso porque, segundo Hafer (2005), as reservas eram previstas para serem em ouro, títulos, certificados em ouro e nas suas próprias notas. De modo que, ao não contabilizar as notas do Banco Nacional, em tempos de crise financeira, os fundos de reservas não estavam de pronto acesso, caso houvesse uma corrida em massa dos clientes para levantar os seus depósitos (HAFER, 2005: xiv).

¹⁸ Em realidade são três atos que no seu conjunto são chamados de *National Bank Act*, de 1863, 1864 e 1865.

¹⁹ Segundo o documento do *National Bank Act* de 1864, o montante necessário para se manter como reserva, para fins de segurança de saques dos depósitos, era de 25% do total. Para maior detalhamento do documento ver em: https://fraser.stlouisfed.org/scribd/?title_id=1113&filepath=/docs/historical/congressional/national-bank-act-1864.pdf#scribd-open (Acessado em 05/01/2016)

Sendo assim, havia um medo geral de corrida bancária e a Era do Banco Nacional ainda não resolveria o pânico generalizado e a capacidade do sistema bancário em levantar seus fundos de maneira rápida e da forma mais líquida²⁰ possível.

Como dito anteriormente, as disputas maiores envolvendo um sistema bancário-financeiro centralizado e regulado nos EUA tinha no entrave político o seu maior obstáculo. E a disputa pela presidência de 1896 era também uma disputa de padrões metálicos-monetários. Ainda segundo Hafer (2005):

“William Jennings Bryan, o candidato democrata, tinha como plataforma de campanha um duplo padrão metálico-monetário, usando prata e ouro. O seu oponente, William McKinley, apoiou o padrão ouro. A vitória de McKinley em 1896 fundamentou o padrão ouro como padrão monetário pelos próximos 40 anos. Essa regra monetária, combinada ao sistema de banco nacional criado depois da Guerra Civil, levou a uma continuação da força financeira”. (HAFER, 2005: xv)

Vale ressaltar que nesse período, as moedas eram lastreadas por metais. E esse lastro pode ser percebido como mais uma força de resistência à emissão da moeda nacional. Isso porque ele se refere a uma credibilidade internacional do próprio meio circulante, ao ser embasado por um meio material-metálico. Por mais que se discutisse a possibilidade da própria escassez em ouro ser um dos motivos da crise – principalmente pelos seguidores de Bryan – em 1907, os Estados Unidos reviveram mais um período de crise, que ficou conhecido como o Pânico de 1907, no qual a corrida bancária terminou de solapar um período anterior de recessão econômica.

Segundo Hafer (2005), este período era um sintoma da necessidade de um banco central, pois a corrida aos bancos (por necessidade de liquidez) havia sido ocasionada pela queda das ações. Ou seja,

“O Pânico de 1907 deixou uma marca permanente no mercado em escala econômica e financeira dos EUA. Muitos elucidaram a necessidade de mudanças nas regulações dos bancos, especialmente dissociando bancos [no sentido da emissão monetária] e mercado de ações. (Este laço não seria quebrado até os anos 1930). Isso também demonstrou uma nova necessidade de um Banco Central. E o primeiro incentivo, a esse movimento de reforma, tomou forma no Aldrich-Vreeland Act de 1908 [Ato este que tentou resolver questões de liquidez, principalmente em crise, além de criar a Comissão Monetária Nacional]” (HAFER, 2005: xv)

A crise de 1907 foi interpretada por alguns políticos, especialmente pelos republicanos, como tendo significado “que elevações e declínios da oferta monetária foram determinadas somente pelas mudanças nos estoques de ouro” (HAFER, 2005: 4). Ou seja, havia mais uma rigidez para a emissão e oferta de moeda. E um dos

²⁰ Liquidez é um termo econômico que se refere a fácil aceitação nos mercados e na capacidade em que um meio de pagamento possui em executar transações e pagamentos. Para mais ver Paulani, Leda M. “A Nova Contabilidade Social”, São Paulo: Editora Saraiva, 2005.

republicanos que analisou o Pânico desta forma foi Nelson Aldrich, senador republicano e formulador do Aldrich-Vreeland Act de 1908, um dos atos formadores do *Federal Reserve Act*.

Já que o Ato de 1908 é constituinte do *Federal Reserve Act*, podemos ver nas preocupações desse ato primeiro algo a ser levado à formação do FED. Nisso podemos encontrar a decisão de emissão de moeda pelos bancos. Segundo Hafer (2005), um dos pilares no debate da centralização do poder emissor do meio circulante era uma das resoluções do Aldrich-Vreeland Act e que constituía em:

“Permitir que bancos fizessem ‘associações’ que teriam o poder de emitir moeda em situações emergenciais. Essas associações eram descritas como quaisquer 10 bancos nacionais com um fundo de ações igual ou maior de 15 milhões de dólares. A associação teria a capacidade, com anuência e supervisão do Tesouro dos EUA, de emitir moeda emergencial. Para se obter moeda de uma associação, bancos poderiam usar como colaterais, uma variedade de títulos governamentais, tanto dos EUA, quanto do estado ou locais, títulos corporativos e comerciais. (HAFER, 2005: 5)

Sendo assim, o ato flexibilizou o critério da emissão de moeda, que poderia ser apenas emitida por meio dos títulos do governo estadunidense. Segundo Hafer (2005), isso não foi tão inseguro pois para um banco ter o direito de emitir a moeda, ele deveria ser ranqueado pelo governo e assegurado pelos títulos. Além de ter um determinado controle da quantidade de moeda ofertada, visto que a emissão “por qualquer um da associação deveria ser uma fração específica do capital constituinte do próprio banco” (HAFER, 2005: 5).

Essas moedas eram de caráter emergencial e deveriam ser evitadas no cotidiano. Embora previstas pelo Aldrich-Vreeland Act de 1908, elas foram usadas pela primeira vez no começo da Primeira Guerra Mundial em 31 de julho de 1914, para recuperar liquidez no comércio da troca de ações de Nova Iorque (HAFER, 2005: 6).

Vale ressaltar, que embora o padrão metálico predominante nos EUA fosse o padrão ouro, a prata exercia uma contrapartida material de controle no lastreamento da moeda estadunidense. E, durante o governo McKinley (1897-1901), por meio da *Aldrich-Vreeland Act*, foi criada a Comissão Monetária Nacional, a fim de investigar as razões para a escassez da moeda, sucessivas crises e pânicos, além de propor alternativas para a construção de um novo padrão bancário-financeiro nacional, baseando-se nas experiências nacionais e internacionais. Assim como visto por Rothbard (2009):

“A principal e imediata ênfase da análise preliminar da Comissão Monetária de Indianápolis [cidade onde foi realizada] era cumprir a promessa de vitória de McKinley em codificar e agir o que já estava sendo feito: um único padrão ouro, com uma reduzida participação da prata como moeda de segurança subsidiária. Mesmo completando a vitória sobre o Bryanismo e a livre prata, isso era mais uma limpeza na operação; mais importante no longo prazo era o anúncio que a análise fazia para uma reforma bancária que permitisse uma maior elasticidade da moeda. O crédito bancário poderia então ser elevado em situações de pressões advindas de recessões, quando houvesse, mesmo que sazonal, de bancos do interior agrário que forçavam os bancos centrais a cobrirem seus empréstimos. As medidas atuais vislumbradas pela comissão eram de menor importância. (Mais importante era a questão da reforma bancária ter sido levada em questão)”. (ROTHBARD, 2009: 25)

Isso converge com o propósito geral da Comissão, dado pela presidência ao criá-la, que Segundo Hafer (2005) era de “investigar e reportar sobre o desenvolvimento dos sistemas bancários tanto dos EUA quanto de outros países, examinar as leis financeiras estadunidenses, estudar práticas bancária, e investigar as origens do sistema de banco nacional” (HAFER, 2005: 6).

Nessa Comissão estava prevista a elaboração de sugestões de reforma ao sistema financeiro dos EUA e elas eram basicamente a criação de um banco central, guardador de reservas, criação de um sistema de conferência e reservas, e, por fim a criação de um agente fiscal que pudesse cumprir com as ambições do governo federal (HAFER, 2005: xv-xvi). Sendo assim, podemos ver que entre as propostas – que reunidas ganharam o nome de Plano Aldrich – estava a criação de uma instituição como a do *Federal Reserve*, “Essas reformas sugeridas ao sistema monetário e bancário ficou conhecido como o Plano Aldrich, nome dado em homenagem ao presidente da comissão. Em muitas formas, o Plano Aldrich tornou-se modelo do Federal Reserve Act de 1913” (HAFER, 2005: 6)

Vale ressaltar que a existência de uma instituição que controlasse a moeda e o sistema bancário-financeiro, não era unanimidade nos Estados Unidos e daí surgiria um grande empecilho para a criação e manutenção de uma estrutura como o FED. Ou seja, por meio do debate político que envolvia a presidência dos EUA e as discussões sobre padrão monetário, assim como do sistema financeiro-bancário é que nasce as bases para o Federal Reserve, de 1914.

2.1.2 O que limitavam essas tentativas em institucionalizar, ou satisfazer, a busca pelo poder mundial dos EUA;

Ao considerarmos o intervalo de tempo entre os dois primeiros bancos centrais (1791-1811; 1816-1836) e a criação do *Federal Reserve* (1913), os Estados Unidos passaram 77 anos sem um sistema financeiro-bancário centralizado. E, a partir dessa ausência, dois fatos poderiam ser descritos como demandadores de uma autoridade financeiro-bancária como o FED, assim como descritos por Hafer (2005): 1) a Guerra de 1812, Anglo-americana e; 2) a Guerra Civil de 1860.

Por que elencamos duas guerras para demonstrar a importância de um banco centralizado, ou no caso do *Federal Reserve*, de um sistema de bancos que respondem a um quadro centralizado? Embora até a Guerra Civil estadunidense os gastos com Guerra só representassem 1% do Produto Nacional Bruto (PNB), as guerras que adviriam, no caso da Primeira Guerra Mundial, exigiriam um volume maior de moeda (EDELSTEIN, 2008: 329). E uma das razões para se criar um Banco Central eficiente, principalmente em tempos de guerras dispendiosas, é a elasticidade²¹ da criação de moeda proporcionada por essa instituição.

Em tempos de guerra, os gastos públicos e a necessidade por moeda aumentam de uma determinada maneira que a oferta monetária nem sempre encontra seu paralelo na demanda pela moeda, de modo que, há escassez de meio circulante para satisfazer o aumento de demanda gerado pela atividade da guerra. Em termos amplos, isso advém da dificuldade da regulação do estoque de moedas.

Quando não existe uma autoridade responsável pela emissão e pelo estabelecimento do fluxo monetário, a quantidade de oferta monetária – principalmente em tempos de padrão ouro - depende da entrada de seu correspondente via comércio estrangeiro. A geração de riqueza, neste caso, depende das transações entre nações. Alexander Hamilton (1755-1804), secretário do tesouro e criador do primeiro banco dos Estados Unidos, já alertava para a questão do equilíbrio monetário, o que pode ser visto em Hafer (2005):

“Hamilton argumentou que um banco nacional ou central poderia prover uma moeda padrão que promoveria o comércio entre os Estados. Tal moeda iria também depender menos do comércio externo para regular o estoque de moedas, isso porque a moeda consistia principalmente em ouro e prata, elevando esses preciosos metais que dependiam do aumento de exportações para outros países para poder, por sua vez, pagar pelos outros bens em ouro. A ideia de uma moeda nacional

²¹ Elasticidade refere-se a uma característica da correspondência da oferta pela demanda. Em outras palavras, para um bem, ou a moeda, ser elástica, isso significa que um aumento na quantidade demanda pelo bem é respondido prontamente e em igual medida à quantidade ofertada daquele mesmo bem. Para mais sobre o conceito de elasticidade, ver em Pyndick e Rubinfeld, Microeconomia, (2009).

iria eliminar a necessidade do comércio, porém promovendo-o. E o banco [central] poderia servir como banco do governo, sendo depositário do próprio governo, das receitas dos impostos e assegurando-se que os fundos seriam transferidos entre os estados [ou seja, sendo capaz de fazer parte da política fiscal]” (HAFER, 2005: xii)

A Inglaterra, com o Banco da Inglaterra, já operava no sistema financeiro como um banco central desde 1694. A existência de uma instituição que atue como banco central, o que foi provado no caso inglês, poderia flexibilizar a oferta monetária de acordo com as necessidades do Estado. Isso advém, neste raciocínio e paralelo ao pensamento de Rothbard (2009), da importância da moeda para a questão da manutenção da soberania nacional. Contudo, em um estado soberano, moeda e instituições não são garantidores de soberania. Na verdade, é um casamento entre o poder político, o econômico, o militar e o institucional, o que mesmo assim pode não conseguir manter a tal soberania. Caso esse que será altamente demandado na Primeira Guerra Mundial (1914-1918)

2.2 Bastidores políticos e econômicos da criação do FED:

A criação de uma instituição com o poder econômico-financeiro, além do político, como a de um sistema centralizado de Banco Central, suscitava nos Estados Unidos alguns debates. Como dito anteriormente, politicamente, a criação do *Federal Reserve* interfere em questões centrais da formação da política dos EUA. Assim como economicamente, o FED era uma tentativa institucional para as necessidades que adviriam com um lugar mais proeminente dos Estados Unidos da América na política mundial.

Se considerarmos a Guerra Civil estadunidense, como sendo um exemplo entre a dicotomia agrária *versus* industrial, não conseguimos abordar outra importante contradição para a nossa análise do FED. Essa outra dicotomia seria entre cessão de poder: centralizado a uma das regiões, na figura de um banco central; ou fragmentado como era o exíguo sistema financeiro dos EUA.

A Guerra Civil não contribuía para a nossa análise somente no debate interno da organização institucional dos Estados Unidos. Essa guerra trouxe consigo uma necessidade em se discutir o impacto das longas guerras na economia dos países, ou o quanto elas representavam como parte dos gastos públicos.

Em nações como as da Europa Ocidental observava-se que no final do século XIX, os gastos militares já representavam um valor de cerca de 4 a 5 vezes maiores que os gastos militares dos Estados Unidos, comparando-se os seus PNBS. (EDELSTEIN, 2008: 331). Isso, mesmo levando em consideração, que em meados da década de 1880, havia uma corrida naval entre os principais poderes europeus e os EUA.

Dado o menor volume dos gastos militares dos EUA, em relação ao seu PNB, entre 1891 e 1897, o país, por meio de seu Congresso, começou a levantar grandes quantias para armar a marinha e patrulhar o Atlântico e o Pacífico, para além das suas fronteiras marítimas. No entanto, em valores, elas não chegavam a 0,5% do PNB estadunidense, neste mesmo período. Mas, mesmo com o ganho de territórios da Guerra Hispano-Americana, os gastos com segurança nacional aumentaram somente 0,8%, com relação ao seu PNB, entre 1899 e 1916. (EDELSTEIN, 2008: 330-331)

Comparativamente até a Primeira Guerra Mundial, o percentual dos gastos dos EUA com o setor militar-bélico era, relativamente, baixo. Contudo, o que nos importa analisar é qual o mecanismo a ser utilizado por um Estado tão grande quando este desejar entrar em uma disputa internacional.

2.2.1 Bastidores econômicos da criação do FED

O período no qual se localiza a criação do Federal Reserve pode ser enquadrado, a partir de nossa interpretação acerca do trabalho de Geoffrey Barraclough como uma nova Era. Uma das características desse novo tempo é a insurgência e a relevância de potências extra-europeias. Ou seja, no cenário internacional de disputa política e de mercados, países de fora da Europa central, como os Estados Unidos da América e a Rússia, se mostram como atores relevantes para as decisões dos rumos da economia e da política mundial.

Os Estados Unidos, como descrito melhor no capítulo anterior, passaram por um processo de concentração e centralização de capitais, acompanhado por um adensamento em sua atividade industrial, a partir de 1870. E, no início desse processo, a economia estadunidense recebia os influxos de investimento estrangeiro como uma esponja, mas não necessariamente esse fluxo representava a totalidade da formação de capital. Segundo Eichengreen (2008),

“Os Investimentos externos financiaram somente uma pequena fração – talvez 6% - da formação de capital estadunidense. Em nenhum momento do século vinte, os fluxos financeiros internacionais foram maiores do que uma fração da poupança nacional. (...). As transações financeiras internacionais e as instituições governando suas condutas tiveram de fato uma influência significativa no crescimento e flutuação da economia estadunidense” (EICHENGREEN, 2008: 463)

A mudança de recebedor de capitais para exportador de capitais ocorreu por volta de 1895 e isso se deu pelo amadurecimento da economia industrial estadunidense, que no início tinha mais investimentos que poupança. E depois, os US\$ 1.3 bilhões de capitais líquidos que entravam em 1880 foram trocados por aproximadamente US\$ 400 milhões de capitais líquidos que eram exportados (EICHENGREEN, 2008: 467).

“Entre 1900 e 1905 os portfólios de investimentos estadunidense externos tiveram a forma de empréstimos ao governo britânico, financiando a Guerra dos Bôers, e o Japão, engajado em hostilidade com a Rússia. O governo dos EUA apoiou britânicos e japoneses nas flutuações de seus títulos por motivos de política externa, mas vetou empréstimos à China como violações à neutralidade dos EUA. Um precedente ficou estavelecido que o governo seria intimamente envolvido nas relações financeiras internacionais da nação” (EICHENGREEN, 2008: 469)

A “influência significativa” dos fluxos de capitais estadunidenses tem relação com a magnitude do país na economia mundial e nos impactos monetário-financeiros de suas transações no sistema do padrão ouro. Contudo, Eichengreen (2008), nos relembra que os “fluxos de ouro e de capital de/para os Estados Unidos prejudicaram a estabilidade da maioria das moedas europeias e ocasionalmente ameaçaram inteiramente o edifício do padrão ouro internacional” (EICHENGREEN, 2008: 463)

“Essas amarras [institucionais que as flutuações da necessidade de ouro da economia estadunidense proporcionavam] eram encaradas pela cooperação entre os governos e seus bancos centrais. (...). A importância desse mecanismo foi ilustrada em 1907, na única ocasião na qual a reserva secundária [prevista por Shaw] não estava disponível. Começando em 1906, a rápida expansão dos EUA, caracterizadas por alguns como uma bolha especulativa, levou a um empréstimo intensivo dos estadunidenses em Londres e drenou o ouro britânico. O Banco da Inglaterra, a partir desse empréstimo intensivo e não quisto, elevou suas taxas de desconto e divulgou que esses empréstimos ameaçaram a estabilidade do mercado de Londres. Encorajado pelo Banco a liquidar os títulos estadunidenses, os emprestadores britânicos se livraram de mais de 90% dos papéis estadunidenses no começo de 1907. Dado o alto nível da taxa de desconto que Banco da Inglaterra estava mantendo e o uso da dissuasão moral para desencorajar o empréstimo pelos londrinos, o crédito para os Estados Unidos ficou mais difícil. (...). [Mais adiante] Em outubro, no auge da temporada de colheita e pantio, a maioria dos bancos de Nova Iorque foram forçados a suspender pagamentos, levando a uma série de falências comerciais e a uma queda drástica na produção industrial” (EICHENGREEN, 2008: 473)

Esse é o exemplo de como o Pânico de 1907 afetou a liquidez e a possibilidade de crédito dos EUA. No entanto, não foi somente exaustivo para os Estados Unidos essa manobra. Exigia-se muito dos mercados e dos Bancos Centrais europeus para que se

financiasse e controlassem os movimentos de expansão e contração da dívida estadunidense.

Como por exemplo o Banco Central da Inglaterra, que operava de modo a isolar “os mercados financeiros domésticos dos efeitos de curto prazo dos movimentos de ouro internacional”, mas para isso eles, precisavam, inicialmente, descontar papéis comerciais ou utilizar-se de outros mecanismos para flexibilizar a oferta e a demanda por moeda nacional e evitar perda de ouro (EICHENGREEN, 2008: 469).

Já os EUA, que não tinham um Banco Central para exercer essas funções, “mudanças nas demandas por moeda e crédito eram acomodadas por fluxos de ouro”, advindas de transações comerciais. Deste modo, segundo Eichengreen (2008):

“Nas décadas anteriores a 1914, os movimentos em ouro de e para os EUA foram uma das principais amarras ao sistema internacional. Essas amarras poderiam ser toleradas enquanto os Estados Unidos continuassem sendo não mais do que um país de tamanho médio no padrão ouro. Entre 1870 e 1914, no entanto, os EUA partilharam da produção manufatureira mundial que cresceu de menos de um quarto para mais de um terço. As reservas de ouro globais, mantidas pelos EUA, cresceram cerca de oito por cento em meados da década de 1890 a vinte cinco por cento depois da virada do século. Consequentemente, os Estados Unidos precisavam agora importar uma grande parte do ouro monetário mundial para financiar uma porcentagem que crescia em moeda e crédito” (EICHENGREEN, 2008: 469)

E, ao se levar em consideração a magnitude da economia estadunidense, já no início do século XX, todos os movimentos do fluxo comercial prescindiam de um fluxo correspondente em ouro, que drenavam ou inundavam as economias centrais. Sendo assim e sem um banco central até 1913, o Tesouro dos EUA tentava cumprir a função de regulação dos fluxos monetários, mas a “volatilidade das quebras nas condições de crédito durante as temporadas de plantio e colheita estadunidense promoveram um ambiente fecundo para as crises financeiras” (EICHENGREEN, 2008: 470)

Nesse papel de Tesouro atuando como banco central, o primeiro secretário do Tesouro a fazer isso foi Lyman J. Gage. Nomeado durante o início do governo McKinley, em 1897, o banqueiro Gage teve como estratégia para o Tesouro, acumular ativos, de modo que:

“Um resultado de superávit nas contas federais, das quais ele usava para adiantar os juros da dívida do governo. Gage marcou os pagamentos [de juros] para coincidir com o movimento sazonal, provendo moeda adicional quando a necessidade de importação de ouro fosse requerida, de modo a supri-la” (EICHENGREEN, 2008: 470)

Não somente Gage fez essa manobra. Quando do assassinato de McKinley, Theodore Roosevelt apontou Leslie M. Shaw, um banqueiro de Iowa para o cargo, que,

segundo Eichengreen (2008), refinou as práticas de Gage ao utilizar-se dos 40 % de ouro livres, ou seja, não requeridos como colaterais nas transações para instrumentalizar práticas como as dos bancos centrais europeus. Além disso, Shaw, trocou depósitos das subsidiárias do Tesouro por das dos bancos nacionais – a fim de resolver problemas sazonais de demanda de crédito – e comprou valores mobiliários dos EUA. (EICHENGREEN, 2008: 470).

Segundo Eichengreen (2008), essas manobras trouxeram polêmicas pelo fato do que poderia ou não ser feito pelo Tesouro. Assim sendo, mais um argumento a favor da regulamentação das práticas de política monetária estadunidense entrava no escopo da formulação do FED.

2.2.2 Bastidores políticos da criação do FED

Nos EUA, para a perspectiva liberal, acerca dos bancos centrais serem públicos e dependentes, havia uma resistência que se encontrava no uso político de uma instituição dessa importância. Como podemos ver em Meltzer (2003), ao dizer que:

“O controle público da moeda levantou um novo problema - ou mais apuradamente, reabriu um velho -, a presença de governos que abusassem dos poderes deles para criarem moeda e crédito para vantagem política temporária” (MELTZER, 2003: 2)

Contrária a criação do FED, essa perspectiva também encontrava paralelo nos Jacksonianos, que receavam a concentração do poder financeiro no nordeste estadunidense. Portanto, entre 1908 – com a criação do Plano Aldrich – e 1913 – com a aprovação do *Federal Reserve Act* – a discussão principal na criação do FED estava no encontro de um ponto ótimo entre as necessidades econômicas de todo o país e a satisfação de diversos segmentos políticos (HAFER, 2005: xvi).

Mas, para Rothbard (2009), o *Federal Reserve Act* de 1913 é o símbolo da atuação financeiro-bancária do movimento progressista que vinha atuando na política desde os 1900. Essa perspectiva é relevante para nós, pois embora sejam conhecidos como expoentes políticos de trabalhadores e camponeses, de acordo com o autor, os progressistas levaram os Estados Unidos do cru *laissez faire* para o estatismo centralizador (ROTHBARD, 2009: 8), algo que corroboraria os movimentos de concentração de capitais, ao facilitar crédito e meio circulante necessário para as compra e fusões.

Portanto, ao considerarmos a tradição liberal estadunidense contrária ao monopólio, como se explicaria a adoção da centralização de capitais e das atividades industriais? Segundo Rothbard (2009), por meio da semântica dos termos “big business” versus o termo “monopólio”. O último consistiria, segundo os liberais, no benefício próprio, enquanto o primeiro no benefício público ganhado com a aglutinação de capital e até mesmo com o cartel.

E então podemos ver que a demonização da concentração depende do termo que é utilizado, ganhando até a proteção do setor público. Para Rothbard então, o *big business*, acabava sendo parte dos interesses de Estado:

“Ficou claro aos interesses do *big business* que a única maneira de se estabelecer uma economia cartelizada, uma economia que iria assegurar sua contínua dominância econômica e de altos lucros, seria usar seus poderes públicos para manter os cartéis sob coerção. Em outras palavras, transformar a economia de cru *laissez-faire* para o estatismo coordenado e centralizado” (ROTHBARD, 2009: 8)

E, aprofundando a proteção a esse tipo de organização econômica, a questão de segurança nacional poderia se beneficiar do *big business* e eles poderiam atuar e defender os EUA contra os monopólios opositores, beneficiando-se de taxas protecionistas. “Os Morgans precisaram de uma fachada de fumaça de ideologia, para ficar a favor dos racionais e apoloéticos da Nova Ordem” (ROTHBARD, 2009: 9)

Contudo, não foi somente no período do governo Woodrow Wilson que eles foram beneficiados. Se seguirmos as amarras da formulação do sistema financeiro dos Estados Unidos, podemos encontrar grupos de interesses já participando de discussões na Comissão Monetária Nacional.

Por exemplo, para a eleição de McKinley em 1897, os grupos ligados a Rockefeller e a Morgan imprimiam suas posições a respeito dos rumos econômicos-financeiros que teriam nos EUA caso vencesse Bryan ou McKinley:

“Os Morgans eram fortemente opostos ao bryanismo, que não somente eram populistas e inflacionistas, mas também contrário aos baqueiros de Wall Street; (...); os Morgans favoreciam o padrão ouro. Mas, uma vez que o ouro foi assegurado pela vitória de McKinley em 1896, eles queriam pressionar no uso do padrão ouro como uma camuflagem que dificultava a moeda, na qual eles poderiam mudar o sistema em um modo menos escancaradamente inflacionista que o populista, mas mais eficientemente controlado pelas elites dos grandes banqueiros. No longo prazo, um padrão ouro controlado por Morgan-Rockefeller era de longe mais provável de causar uma rigidez monetária que um bryanismo de livre prata ou de *greenbacks*” (ROTHBARD, 2009: 16)

A assertividade do autor ao se manifestar sobre o poder de manipulação do padrão ouro advém da magnitude das transações que os banqueiros exerciam na

economia estadunidense. Então, a partir da vitória de McKinley, além do tamanho das operações Morgan-Rockefeller, podemos ver que se iniciou uma operação dos próprios banqueiros para arrumar um problema comum do sistema financeiro estadunidense, a inelasticidade da moeda. Segundo Rothbard (2009) eles,

“Começaram a organizar um movimento de ‘reforma’ para curar a ‘inelasticidade’ da moeda que existia no padrão ouro e avançaram para o estabelecimento de um banco central. Para isso, eles decidiram usar de técnicas que foram empregadas eficazmente no movimento pró-padrão ouro durante os anos de 1895 e 1896. O ponto crucial era evitar as suspeitas públicas que Wall Street e seus banqueiros controlavam tudo ao comprar prata em larga escala. Para isso, o movimento era focado no Meio Oeste, o coração da América [sic], e organizações desenvolvidas que não somente incluíam banqueiros, mas também empresários, economistas, e outros acadêmicos, que ofereciam respeitabilidade, persuasão e experiência técnica a causa da reforma” (ROTHBARD, 2009: 17)

Quando da organização, no começo do governo McKinley, da Comissão Monetária Nacional, esses grupos de Wall Street também estavam presentes. E relembremos a importância da Comissão para a criação do FED, visto que a partir das decisões e recomendações surgidas nela é que se produz o Plano Aldrich, fundamental para a elaboração do *Federal Reserve Act*.

Deste modo, Rothbard (2009) também destaca a presença e a importância de George Foster Peabody, como secretário executivo da Comissão, para os planos de Morgan, já que:

“A família inteira de Peabody, elite de Boston, era, desde muito tempo, pessoalmente e financeiramente associada aos Morgans. Um membro do clã de Peabody foi padrinho no casamento de J.P. Morgan em 1865. George Peabody, há muito tempo atrás, também criou um banco financeiro, o qual, o pai de J.P. Morgan, Junius foi um dos sócios sênior” (ROTHBARD, 2009: 20)

Vale lembrar que a Comissão não era algo sem menor significância ao governo McKinley, pois pretendia com ela permanecer no padrão ouro, ao criar um sistema mais flexível ao crédito bancário. (ROTHBARD, 2009: 20-21) E enquanto os EUA tinham George Peabody no secretariado executivo, foi escolhido diretamente pelo presidente da Comissão, Mark Hanna, o jornalista e depois teórico do imperialismo, Charles A. Conant para ser o responsável por propagandear em Washington os seus benefícios. E, também, de conduzir a opinião pública a favor das recomendações geradas pela Comissão (ROTHBARD, 2009: 24).

Outra ocupação interessante de cargo na Comissão era do então secretário do Tesouro dos EUA, Lyman J. Gage. Sobre os meios de operação do secretário, alguns foram citados anteriormente, mas o que Rothbard (2009) nos provoca em seu trabalho é a relação entre Gage e Rockefeller, visto que:

“Gage, um amigo de vários dos comissionados monetários, era um dos líderes para tratar dos interesses bancários de Rockefeller. A sua nomeação como secretário do Tesouro foi feita por Mark Hanna, gênio político e banqueiro financista do presidente McKinley, um antigo amigo, colega de ensino médio, e um companheiro de negócios do senhor J. D. Rockefeller. Antes de sua nomeação ao gabinete, Gage foi presidente do poderoso First Nacional Bank de Chicago, um dos maiores bancos comerciais do portfólio de Rockefeller. Finalmente, em sua última análise como secretário do Tesouro em 1901, Lyman Gage surpreendeu a todos, proclamando a necessidade para o governo ter um Banco Central. Quando ele deixou a secretaria, no começo do ano seguinte, Lyman Gage assumiu seu posto como presidente da U.S. Trust Compay de Nova Iorque, uma empresa controlada pelo grupo Rockefeller” (ROTHBARD, 2009: 30-31)

Por mais que o quadro de membros da Comissão Monetária Nacional seja misto entre indivíduos da iniciativa pública e da privada, questiona-se o qual seria o limite de contaminação dessas relações. Isso porque, ao mesmo tempo que os indivíduos de interesses privados assumiam posições na Comissão ou no governo, eles logo voltavam para seus grupos de banqueiros de origem.

Contudo, esse caso de ocupação de órgão público x privado, não é prerrogativa do governo McKinley. No governo de William Taft (1909-1913), anterior ao governo Wilson, isso aconteceu também com Franklin MacVeagh. Segundo Rothbard (2009), MacVeagh que era o secretário do Tesouro de Taft e operava sob a chancela de Morgan. “Seu padasto, Henry F. Eames, era o fundador do Comercial National Bank de Chicago, e seu irmão Wayne estava para se tornar administrador da Mutual Life Insurance Company, dominada por Morgan” (ROTHBARD, 2009: 26).

O grupo Morgan começou sua trajetória de *big business* nos bancos de investimento, chegando aos bancos comerciais e fusões com indústrias. Já o grupo Rockefeller começou com o refino de petróleo e chegou aos bancos comerciais e financeiros, além das ferrovias. Mas, qual seria então os interesses desses grupos de banqueiros e de empresários ligados à Wall Street no Banco Central?

Primeiramente, Rothbard (2009) ressalta que apesar de aparentemente eles estarem competindo em grande parte dos momentos, a criação de um Banco Central seria benéfica para ambos. Esses grupos estão em uma coalizão para o nascimento do FED desde o Plano Aldrich (1908) e, segundo o autor, eles são os reponsáveis por uma conferência secreta no estado da Geórgia, que de lá teria saído o Plano²². (ROTHBARD, 2009: 93-94)

²² “O poder da elite financeira agora tinha uma lei. A significância dessa composição em várias reuniões deve ser ressaltada: dois homens de Rockefeller (Aldrich e Vanderlip), dois de Morgans (Davison e Norton), um de Kuhn, Loeb person (Warburg), e um economista amigo de todos (Andrew) ”

A criação de um banco central para os grupos Morgan e Rockefeller resolveria um dos principais problemas que o sistema financeiro dos Estados Unidos enfrentava: a inelasticidade da oferta monetária. As tentativas anteriores ao FED não proporcionavam a elasticidade necessária para a quantidade de moeda desejada para o crédito bancário. Mesmo com a participação da sociedade de ações como um mecanismo de se injetar dinheiro nas empresas de capital aberto, o aumento da oferta monetária daria maior flexibilidade aos desejos de expansão da economia dos EUA.

Nessa mesma linha de argumentação se verifica em Rothbard (2009) que:

“As reclamações dos grandes bancos eram resumidas em uma palavra ‘inelasticidade’. O Sistema de banco nacional, eles diziam, não provinham a apropriada elasticidade de oferta monetária; ou seja, os bancos não poderiam expandir crédito e moeda o quanto eles queriam, particularmente, em tempos de recessão. Então, o Sistema de banco nacional não provia o suficiente espaço para expansão inflacionária de crédito dos bancos nacionais” (ROTHBARD, 2009: 13)

Portanto, para expandir suas possibilidades de crédito e expansão, assim como de financiamento das grandes empresas estadunidenses, os grupos Morgan e Rockefeller se colocavam intimamente ligados aos governos para viabilizar a criação do banco central²³.

No entanto, foi somente na eleição de Woodrow Wilson em 1912, que o partido democrata, o do então presidente, que controlou a maioria no senado e no legislativo. Segundo Hafer (2005), foi isso que garantiu a possibilidade de se discutir coerentemente o projeto de lei para a reforma bancária e a criação de um banco central (HAFER, 2005: xvi).

A respeito da importância da consonância entre a Casa Branca e o Senado, Hafer (2005) ressalta que:

“‘Passar’ qualquer legislação que iria satisfazer os membros de ambos partidos políticos era algo difícil de acontecer porque nenhum partido controlou o Senado e o Congresso até 1912. Ideias que realmente tinham mérito normalmente perdiam quando as lutas políticas tomavam seu lugar. A eleição de 1912 colocou

(ROTHBARD, 2009: 94). Paul Warburg (1868-1932), alemão, era um dos arquitetos do Federal Reserve Act e membro do quadro do FED entre 1914-1918, foi também sócio na firma financeira de Kuhn, Loeb & Co.

²³ No entanto, o que sabemos é que não é somente na elaboração direta do *Federal Reserve Act* de 1913 que esses grupos participaram, como bem elucidado por Rothbard (2009), “grande parte da história política dos Estados Unidos, do final do século XIX até a Segunda Guerra Mundial pode ser interpretada pela proximidade de cada administração com um dos grupos financeiros, alianças essas normalmente conflituosas, outras vezes cooperativas: Cleveland (Morgan), McKinley (Rockefeller), Theodore Roosevelt (Morgan), Taft (Rockefeller), Wilson (Morgan), Harding (Rockefeller), Coolidge (Morgan), Hoover (Morgan), e Franklin Roosevelt (Harriman-Kuhn, Loeb-Rockefeller)” (ROTHBARD, 2009: 13-14)

Woodrow Wilson, um democrata, na Casa Branca. A eleição também resultou em uma maioria de democratas no Senado, povendo aos democratas o controle nas duas casas. Essa mudança política colocou a reforma bancária em pauta” (HAFFER, 2005: 127)

O presidente Woodrow Wilson (1913-1921), a respeito da criação do FED, tinha um discurso de como um projeto conciliador entre interesses público-privados poderia ser benéfico ao se criar uma instituição de tal importância, segundo Meltzer (2003):

“O Presidente Woodrow Wilson ofereceu uma solução que parecia reconciliar a competição entre os interesses públicos e privados. Ele propôs uma parceria público-privada entre semiautônomos, Bancos Reservas de fundos privados supervisionados por um quadro público. Os diretores dos doze bancos centrais, representavam interesses comerciais, agricultores, industriais e financeiros de cada região, controlados por cada portfólio de seus bancos” (MELTZER, 2003: 3)

No entanto, sabemos pelas relações levantadas anteriormente, que esse casamento ou, como atualmente chamamos, parceria público-privada não era algo desprovida de interesses de ambas as partes, o que pode ser lembrado pela participação de George Foster Peabody, que era um banqueiro investidor importante de Nova Iorque, que “reorganizou a General Electric para os Morgans, e depois recebeu o cargo de secretário do Tesouro, durante a administração Wilson” (ROTHBARD, 2009: 20).

2.3 Ganhos com o FED:

2.3.1 Estrutura do Federal Reserve nesse formato e como seria o seu funcionamento;

O Federal Reserve como sistema de banco central parte da lei de dezembro de 1913, o Federal Reserve Act. Como subproduto do Plano Aldrich de 1908, o Ato tem como base a criação de um banco central que possibilite: 1)Uma oferta elástica e prontamente disponível de moeda; 2)Dependente da emissão e do controle do Estado; 3)Possuidor de colaterais como ouro, notas, títulos do governo dos EUA; e 4)Baseado em uma taxa de juros que previna a inflação, podendo contrair o meio circulante (OWEN, 1919: 2)

Já abordamos as tentativas anteriores de se criar um banco central nos Estados Unidos, por isso iremos discutir em como o Ato de constituição do FED mostrava sua diferenciação dos demais planos. O plano Aldrich ao não “passar” pela aprovação

do Congresso, não virou lei. Mas, com a consonância entre as casas (A Casa Branca e o Congresso/House of representants), ela poderia ser rediscutida em outros termos.

Bordo (2011), nos lembra que o plano Aldrich previa um Banco Central como um polvo, centralizado, mas com tentáculos. Já a aprovação do FED, de mais fácil percurso entre as casas, propunha doze bancos regionais de reserva e semi-autônomos, que respondiam a um comitê do Federal Reserve. A grande diferença entre o Plano Aldrich e o Ato do Federal Reserve é que neste último, os bancos regionais, apesar de ter que conservar um mínimo de reservas em papéis e ouro para liquidação, poderiam estabelecer suas taxas de redesconto (BORDO, 2011: 14).

Essa diferença no formato do Federal Reserve tem implicações políticas, as quais tratamos no ítem anterior. Para saciar os desejos anti-centralizacionistas, a estrutura de dispersão de poder em doze bancos regionais parecia conseguir amenizar as discórdias. E para isso:

“O poder em se fazer as políticas monetárias do sistema estava nas mãos de todos os bancos de reserva, que foram espalhados pelo país. (...). Os bancos reserva exercitaram seu poder utilizando-se do mecanismo de desconto: Para conseguir um empréstimo do Federal Reserve, os bancos locais poderiam trazer, digamos, cem dólares em títulos estadunidenses, para que 95 dólares fossem feitos em empréstimos. Deste modo, atuando como emprestador de última instância, o Sistema do Federal Reserve poderia resolver problemas de inelasticidade da moeda. O Ato também delimitou o papel do novo banco central. Ao redescontar os papéis trazidos por seus bancos membros, serviu de emprestador de última instância ao comprar e vender títulos da dívida do governo no mercado aberto. O Federal Reserve foi visto como uma solução aos pânico financeiros e depressões econômicas” (HAFER, 2005: xvi)

Ou seja, por meio da troca de títulos e notas, os Bancos Reserva eram capazes de criar moedas²⁴. Mas além de poder expandir e contrair o meio circulante, que ajudaria na estabilidade financeira do país, os criadores do FED previam que de modo descentralizado, ele também serviria para dar mais confiança ao sistema de pagamentos,

²⁴ Criar moeda pelos bancos pode ter outra expressão na economia. Mais conhecido como multiplicar moeda, o conceito se refere ao ato dos bancos comerciais, após receberem depósitos à vista de seus clientes, emprestarem seja a vista, ou a prazo em um número superior ao que receberam. Contudo, a quantidade de moeda ofertada na economia e multiplicado pelos bancos é um derivado da emissão monetária feita pelo banco central. Assim como exemplificado por R. Gonçalves & P. Gonçalves & Santacruz & Matesco (2010), “Se alguém depositar uma nota de R\$10 em um banco, disporá, portanto, de R\$10 como meio de pagamento, através dos cheques que pode emitir contra o seu saldo bancário. Mas o banco, ao receber a nota de R\$10, empresta, por exemplo, a uma empresa, que agora também dispõe de R\$10 como meio de pagamento. Desse modo, os bancos multiplicaram o total de moeda na economia, multiplicaram a base monetária” (R. Gonçalves & P. Gonçalves & Santacruz & Matesco, 2010: 82). É claro que os bancos não podem fazer isso livremente, pois eles precisam guardar uma fração de segurança para cobrir eventuais saques a vista, mas como um exemplo simplificado é assim que os bancos comerciais multiplicam o dinheiro, pegando o depósito x e transformando os em créditos y, de maior valor do que os depósitos iniciais x.

colocando um padrão supervisionado para o redesconto dos papéis comerciais nos Bancos Reserva (MELTZER, 2003: 1) e (HAFER, 2005: 127).

2.3.2 Como o poder monetário do FED poderia ajudar a busca de poder mundial dos EUA.

Os Estados Unidos da América são um país, no qual princípios como a liberdade e a livre iniciativa são fatores constituintes da sua moral. Pelos menos no que garantem os discursos políticos e individuais acalorados a cerca do que é ser “americano”. Para se ter livre iniciativa, ou seja, para que qualquer indivíduo ou grupo empresarial/financeiro alcance todas as possibilidades que o mundo capitalista lhes pode oferecer, é necessário um sistema financeiro condizente com a grande ambição do *American Dream*. É, portanto, neste contexto, que se insere o debate da criação de um banco central, assim como de um sistema financeiro padronizado e estabelecido em pilares sólidos.

Não somente dos princípios individuais e ou privados é que o FED seria instrumento. A maior contribuição da instituição deveria ser pública, como citado pela Biblioteca Woodrow Wilson em Hetzel (2008), o *Federal Reserve* seria o legado mais duradouro de Wilson, pois em uma nação industrial, do mundo contemporâneo, “a oferta de moeda poderia ser expandida e retraída de acordo com os ciclos econômicos” (HETZEL, 2008: 280)

Grande parte dos economistas dividem as rendas entre “Investimento” e “Poupança”. O que grande parte deles se esquece é que para investir sendo um órgão privado ou público existe o crédito. É claro que essa modalidade de antecipação de renda depende de outros fatores além da vontade de se obtê-la. Contudo, a prática do século XX, do qual estamos tratando, se baseia em grande parte no crédito.

Quando os produtores agrícolas dos EUA recorrem aos bancos e aos mercados financeiros para cobrir suas despesas com a colheita, eles individualmente estão se antecipando diante de uma receita, por meio do crédito. O governo pode teoricamente fazer o mesmo, mas ao invés de pedir crédito recorrendo aos bancos diretamente, eles emitem títulos, normalmente negociado nos mercados financeiros, que denotam ao credor que este tem um direito de recebimento de dívida.

Com a oferta monetária não é muito distinto. A teoria mais conservadora a respeito da política monetária diz que a política de governo deve ser tal de modo a embutir uma taxa de juros para o mercado que controle a quantidade de meio circulante. Para a visão dessa teoria, de forma simplificada por nós, ela tem que ser um resultado entre a procura e a oferta de moeda no ambiente econômico. E esse é o padrão que normalmente nos utilizamos para medir se uma economia está inflacionada de moeda, ou não. (MANKIWI, 1995: 107). Ou seja, se a oferta monetária for maior que sua demanda, temos uma moeda inflacionada, como um balão, de moeda, do contrário, uma deflacionada.

Quando da criação do FED se tentou estabelecer dois padrões: 1)Endogenizar o circuito do crédito, principalmente para a demanda sazonal de crédito agrícola e 2)Aumentar as possibilidades de política monetária e fiscal do governo estadunidense.

Como isso seria feito por meio do instrumento de um sistema descentralizado de doze bancos centrais que respondiam a um quadro federal? Os dois benefícios do FED podem ser resumidos pelo ganho da capacidade da elasticidade da moeda estadunidense²⁵. Ou seja, para resolver o problema do crédito privado em todo o país, haveria de ter um sistema financeiro padronizado, no qual as práticas de descontos de títulos fossem realizadas em troca de moeda nacional ou estrangeira. Além disso, o problema da expansão da economia estadunidense poderia agora ser resolvido por uma rede de bancos centrais, hábeis em fazer descontos em forma de crédito e multiplicar moeda. Sabemos também que o sistema do FED é algo novo e, portanto, sujeito a falhas, que são normalmente apontadas após a crise de 1929, mas o que gostaríamos de reafirmar seriam as possibilidades ganhas com a instituição.

E não somente a habilidade, através do seu banco central, de ajustar a oferta monetária às necessidades internas e internacionais, mas também se posicionar em um contexto mundial como um país detentor de um poder político e econômico instrumentalizado financeiramente pelo FED.

²⁵ Ou seja, a função do FED seria, Segundo White (2008) “Reduzir os pânico advindos da demanda de curto prazo por moeda, uma ‘moeda elástica’ era conseguida pelo poder do desconto. (...) A janela de descontos do Federal Reserve estava aberta a todos os bancos membros. Todos os bancos nacionais eram requisitados a juntar-se e receberem novos poderes bancários e baixos critérios de reserva. Ser membro para o quadro estatal de bancos era voluntário, deixando o sistema dual de bancos intacto. O resultado [após o] FED era a seguinte tripla divisão do sistema bancário: os bancos nacionais, os membros estaduais do FED e os não membros” (WHITE, 2008: 476-477)

Isso pode ficar mais claro sobre as pretensões de inserção dos EUA na economia mundial. Meltzer (2003) chega a dizer em pretensão dos Estados Unidos em substituir a *city* londrina como centro financeiro do mundo.

“Em 1913, Londres financiou grande parte das exportações dos Estados Unidos. Desde que as exportações eram basicamente de produtos agrícolas, existia uma demanda grande e sazonal para financiamento no outono, então as taxas de juros subiam a cada outono. Os banqueiros estadunidenses queriam substituir os banqueiros londrinos. Eles acreditavam que estavam em desvantagem, pois não podiam descontar créditos para exportação em um banco central. Políticos queriam reduzir a flutuação sazonal de juros. Um banco que pudesse expandir crédito e reduzir seus juros, diante da sazonalidade, satisfariam os dois grupos” (MELTZER, 2003: 8-9)

Contudo, não iremos adotar essa visão da substituição da *city* Londrina como uma política de Estado, calculada como estratégia, mas como uma exigência necessária para uma liderança mundial. Isso por que, a falta da elasticidade da moeda e a ausência dos descontos dos títulos para obtenção de crédito para a exportação, faziam da economia estadunidense, como um todo, mais suscetível às intempéries internacionais ou dos juros da *city* londrina.

Segundo o então presidente Woodrow Wilson, acadêmico em sua ocupação anterior a Casa Branca, o *Federal Reserve*,

“Proveria moeda que se expandiria quando necessário e se contrairia quando seria preciso, uma moeda que nasce como resposta ao chamado de todos os homens, que pode mostrar aos negócios uma base concreta para sua expansão, mesmo pequenos ou grandes negócios. Mais do que isso, o poder de dirigir esse sistema de crédito foi colocado nas mãos de um esquadrão público, de servidores do governo desinteressados de ganhos próprios ou ligados a ele. Nenhum grupo de banqueiros, de nenhum lugar, podem ter controle dele; nenhuma parte do país pode concentrar as vantagens e as conveniências do sistema para si, em vantagem própria. (Wilson assim como citado em Kettl 1986: 22)” (MELTZER, 2003: 3)

Deste modo, Wilson explica o caráter do banco central, criado em seu governo, com a premissa de também ser livre, com relação aos interesses privados, mas ao mesmo tempo respondendo aos interesses públicos. Essa proposta do então presidente nos causa certa estranheza após termos feito algumas das ligações políticas e econômicas quando foi criado o FED. No entanto, teremos que observar em uma situação crítica, de prática do Federal Reserve, se o princípio da neutralidade do sistema financeiro se aplica.

Além disso, tendo a Primeira Guerra Mundial a vista, dois problemas se colocavam com a falta de um banco central, tendo como o benefício da visão retroativa das decorrências da Guerra. O primeira é a restrição da expansão do crédito para que, enquanto os EUA não entraram na guerra, eles se tornaram em grande parte os

alimentadores dos países envolvidos e provedores de insumos bélicos, o que exigia um alto volume de investimento no setor agrícola e industrial. E o segundo problema era o financiamento do seu Estado depois da entrada dos EUA na guerra, em 1917, que exigia uma capacidade de expandir a política fiscal para além das que se conseguiam antes do *Federal Reserve*.

E esses problemas de ordem econômica, seus envolvimentos políticos e corporativos, nós veremos em nosso terceiro e último capítulo.

Capítulo 3. A entrada dos EUA na Primeira Guerra Mundial

Temos três intuítos neste capítulo. O primeiro é verificar o fluxo de capital exportado dos Estados Unidos da América para os países que estavam em conflito durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). O segundo é analisar o movimento de abandono da posição de neutralidade dos EUA ao adentrar tardiamente na Primeira Guerra, em 1917. E, por fim, o terceiro objetivo é ponderar os acordos da dívida de guerra da Alemanha, assim como os financiamentos públicos e feitos pelo capital estadunidense para seu pagamento.

Desta forma, subdividimos o terceiro capítulo deste trabalho em mais três itens. De modo que, cada um deles seja responsável por trilhar cada um dos objetivos pretendidos nesse capítulo. Então serão três subitens divididos em: 3.1) Empréstimos do capital financeiro estadunidense para a Europa antes da entrada dos EUA na Guerra; 3.2) Entrada política e econômica dos EUA no final da Primeira Guerra Mundial; e 3.3) O financiamento da Primeira Guerra: o financiamento doméstico e o acordo da dívida de guerra da Alemanha.

Contudo, a Primeira Guerra em si – seus percalços, suas disputas e batalhas – não faz parte do objetivo do capítulo. O episódio dessa guerra entra com duas funções na estrutura argumentativa no final do trabalho. O primeiro é demonstrar a magnitude mundial do conflito, assim como trabalhado por Geoffrey Barraclough. Já o segundo propósito, desse estudo direcionado da Primeira Guerra Mundial, é ser fato e contexto inédito para que percebamos a mudança de posição estadunidense de captador de fluxos de capitais, para exportador de capitais. Todos esses fatos somados demonstrando como

os Estados Unidos da América adquiriram posição estratégica na política e na economia mundial após o conflito.

3.1 A economia estadunidense antes de sua participação na Guerra; os empréstimos do capital financeiro para a Europa e o início dos conflitos da neutralidade.

Até o começo da Primeira Guerra Mundial (1914), os Estados Unidos eram, de acordo com os fluxos internacionais de capital, grandes devedores de capital estrangeiro, como visto na tabela 3.1 abaixo. No entanto, já representavam um volume significativo do capital estrangeiro pelo mundo.

Entre o começo da Guerra (1914) e o final (na tabela 1919), o volume de Investimento direto estrangeiro (IDE) a partir dos EUA triplicou, enquanto o IDE com direção ao país caiu aproximadamente em um terço. Grande parte dessa dívida, mesmo que abalada pela Guerra, advinha das flutuações sazonais de financiamento para o setor agrícola. Outra parte, menos representativa, vinha para compor parte do volumoso financiamento dos grandes conglomerados estadunidenses. Já o volume de IDE de origem dos EUA aumentou consideravelmente em grande parte pelos empréstimos aos aliados.

Tabela 3.1. Posição do Investimento internacional dos Estados Unidos, 1900-1924 (em milhões de dólares)		
	Valor de mercado dos investimentos estrangeiros dos EUA	Valor de mercado dos investimentos estrangeiros nos EUA
1900	910	3251
1908	2586	7146
1912	3950	6792
1914	4820	4670
1919	12207	3658

1920	-	2725
1924	23135	4115
<p>Fonte: Eichengreen, Barry. “U.S. Foreign Financial Relations in the Twentieth Century” In ENGERMAN, S; GALLMAN, R. The Cambridge Economic History of the United States, Volume 3, The Twentieth Century, Cambridge: University of Cambridge Press, 2008.</p>		

Segundo DeLong (1990), antes da Primeira Guerra, se o fluxo era maior do que 10 milhões de dólares, ele provavelmente passaria em poucas mãos antes de sair dos EUA²⁶. Nos Estados Unidos da América existiam dois tipos de grandes grupos de investimento, que respaldavam os financiamentos aos conglomerados, os ligados a J. P. Morgan & Co. e os ligados à Kuhn, Loeb & Co.

O mercado de capitais dos Estados Unidos, segundo Cassis (2006), funcionava a partir da ligação entre os bancos de investimentos e seguradoras, que trazendo parte do seu capital das alianças de outros bancos de investimentos europeus, financiavam a grande corporação estadunidense. Os bancos de investimento controlavam diretamente seu desempenho pela participação cruzada entre os seus donos e sua presença no quadro de gestores da grande corporação. Portanto, o mercado de capitais dos EUA é em sua natureza internacionalizado, mas não necessariamente o principal destino dos capitais internacionais.

Essa realidade é anterior a Primeira Guerra Mundial e “aproximadamente 250 empréstimos externos foram emitidos pelos Estados Unidos entre 1900 e 1913, em um valor nominal de 1 bilhão de dólares” (CASSIS, 2006: 122). Como parte desse valor temos, em 1900 um financiamento de J. P. Morgan de 10 milhões de libras à Guerra dos Bóers para a Inglaterra, o *British Loan*. (CASSIS, 2006: 117).

A partir desse primeiro empréstimo²⁷ dos estadunidenses, seguiram-se mais outros quatro, que financiaram diferentes conflitos e indicaram, a partir da visão da City Londrina, uma certa dependência do capital dos EUA. Como detalhamos melhor no

²⁶ Segundo o autor eram eles: “J.P. Morgan and Co.; Kuhn, Loeb. and Co.; the First National Bank; the National City Bank; Kidder. Peabody. and Co.; and Lee, Higginsori, and Co.” (DELONG, 1990: 1)

²⁷ Ao redigir um memorando ao Ministro da Fazenda britânico Reginald McKenna em 1916, J. M. Keynes externava seu receio da economia britânica ficar nas mãos de Wilson e na possibilidade de que os Estados Unidos cessassem os empréstimos aos Aliados (FERGUSSON, 2014: 482). E por mais que Fergusson (2014) possa desacreditar no papel do endividamento da guerra, afirmando que era baixa a proporção de empréstimos de curto prazo, muitas dessas dívidas tiveram que ser renegociadas, diante do longo período de duração do conflito.

capítulo 2 deste trabalho, para amenizar os impactos da corrida bancária do Pânico de 1907, J.P. Morgan organizou 35 milhões de dólares para cobrir as retiradas, protegendo a quebra do mercado de ações. Internacionalmente, o Pânico teve impactos nos bancos centrais britânico e francês, levando-os a aumentar sua taxa de desconto, para conter os massivos fluxos de ouro para os Estados Unidos.

Pelo fato de um só grupo ser capaz de ter impactos na enorme economia estadunidense e pela relação cruzada entre bancos de investimento e grandes corporações, em 1912, a Comissão Pujo, averiguou que a concentração nesses dois setores, imprimia a dependência da economia dos EUA a esses capitais (CASSIS, 2006: 123). Mesmo suas decisões não sendo efetivamente aplicadas, a investigação da Comissão, segundo o autor, provavelmente ajudou aos Estados Unidos a superarem seu medo em possuir seu próprio banco central.

A Primeira Guerra Mundial foi um bom negócio para a economia dos EUA. O país ganhou novos mercados, quando se tornou o grande mantenedor dos países beligerantes, em um primeiro momento, e dos Aliados, em um segundo, depois de sua entrada na guerra em 1917. Vendiam alimentos, munição e dinheiro, basicamente. E a Grã-Bretanha era um dos principais mercados estadunidenses. Segundo Schmidt (2005):

“Eles estavam pressionados pelo sucesso econômico da Alemanha e dos Estados Unidos. A nação estava em um relativo declínio econômico e era fortemente dependente das suas colônias e dos Estados Unidos para comida e para outras commodities” (SCHMIDT, 2005: 68)

Essa realidade de importador de commodities da Grã-Bretanha é anterior a Primeira Guerra, pois parte da posição do país em ser centro financeiro do mundo, que priorizava a capilarização da libra esterlina pelo globo, por meio da sua posição de comprador mundial. Contudo, essa realidade, com o início da guerra, ficava difícil de ser mantida. Mesmo os países beligerantes terem decretado a suspensão do padrão ouro durante o conflito, havia certas condições para a expansão do volume de capital a ser gasto pelos governos durante a guerra. Por isso, a procura por financiamentos em mercados externos era uma prática a ser feita em todo o tempo do conflito.

E em quais mercados eles poderiam recorrer? A resposta à essa pergunta nos remete ao desenvolvimento político e econômico de potências extra-europeias, assim como ressaltado por Barraclough (1981), como a Alemanha e os Estados Unidos.

Como a Alemanha estava em guerra contra a Grã-Bretanha, cabia aos Estados Unidos, suas novas instituições políticas e econômicas, assim como de seus grupos de

investimento, financiar parte dos gastos de guerra dos britânicos. Como prova internacional da importância dos bancos dos EUA, entre os maiores bancos comerciais em 1913, eles tinham o National City Bank em 13º lugar e o Guaranty Trust Co. of New York em 17º (CASSIS, 2006: 92).

Como intermediários dos títulos e ações negociados em Wall Street, por exemplo, eles negociavam ações da U.S. Steel em montantes, em valores de 1990, de 15 bilhões de dólares (DELONG, 1990: 1). E como eram concentrados, ou seja, quantitativamente pouco numerosos, a configuração dos grupos de investimento suscitou também o questionamento sobre o quão perigosos seriam para os rumos políticos e econômicos do país:

“As implicações da concentração das finanças – desse *money trust* – e suas influências eram um foco político na primeira metade desse século [século XX]. Os progressistas e seus aliados temiam que o truste do dinheiro nas finanças eram um mal muito pior e mais perigoso do que qualquer monopólio em uma atividade industrial. Para as finanças serem concentradas, e para a indústria que é mantida hierarquicamente à baixo das finanças, estavam longe do que o ideal populista acreditava: em pequenas firmas e mercados competitivos” (DELONG, 1990: 1)

Isso porque, como já salientamos no capítulo 1 deste trabalho, as ligações entre indústria e finanças ultrapassavam os critérios de empréstimos e os próprios líderes dos grupos de investimento eram também membros da diretoria dessas grandes empresas. DeLong (1990) elenca as empresas, que na véspera da Primeira Guerra sofriam a influência do grupo Morgan. Entre eles:

“Adams Express Co.; AT&T; Atchison, Topeka, & Santa Fe Railroad; Baldwin Locomotive Co.; Chicago-Great Westm Railroad; Ernie Railroad; General Electric Co.; International Mercile Marine Co.; International Harvesr Co.; Leigh Valley Railroad; New Yoit, New Haven, and Hartford Railroad; Northern Pacilc Raikoad; New York Cental Railroad; Philadelphia Rapid Transit Co.; Public Service Corporation of New Jersey; Puilman Co.; Reading Railroad; Soem Railroad; United States Steel Co.; Westinghouse Co.” (DELONG, 1990: 1)”

E essa era segundo DeLong (1990), a realidade do capital financeiro, entre os anos próximos a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Um grupo extremamente concentrado, internacionalizado, que provavelmente alcançou essa configuração pela intensividade de capital tecnológico a ser utilizado na virada do século XX.

Economicamente, antes do começo da Guerra, os Estados Unidos estavam em uma desaceleração de sua economia e em uma desvalorização do dólar, frente às outras moedas. E em Nova Iorque, cerca de 80 milhões de dólares em títulos europeus estavam prestes a vencer e, dada a queda no valor do dólar, o pagamento da dívida sairia caríssimo. Então, com a união de dois grupos de investimento, os Morgan e os Kuhn,

Loeb, eles enviaram ouro necessário ao Banco da Inglaterra, para o crédito de Morgan Grenfell, responsável por uma filial do grupo Morgan, e liquidaram os títulos europeus (CHERNOW, 2010: 238).

Segundo Chernow (2010), isso demonstrou grande maturidade do mercado financeiro dos EUA. O primeiro desses grupos, J.P. Morgan & Co., era de origem familiar anglo-saxã e o segundo, Kunh, Loeb & Co., de origem germânica. Por suas raízes europeias, eles também tinham ligações comerciais financeiras com os países que participaram da Primeira Guerra Mundial, uma aliança financeira transatlântica, de fato, assim como comprovado por Cassis (2006):

“J. P. Morgan & Co. tinha um especial posicionamento [antes e durante a Primeira Guerra] pois possuía conexões com a J. S. Morgan & Co. de Londres e com a Morgan, Harjes & Cie em Paris, desde que John Pierpont Morgan, herdou a empresa de seu pai e era sócio dos dois bancos. Laços familiares ligavam os Speyers e Seligmans às casas de Londres, Paris e Frankfurt” (CASSIS, 2006: 117)

Da proximidade cultural, de J.P. Morgan & Co e suas raízes anglo-saxãs, e de seus acordos transatlânticos, resultou a nomeação desse grupo como agentes financeiros da França. Quando deflagrada a Primeira Guerra Mundial, em agosto de 1914, foi pedido um empréstimo de 100 milhões de dólares ao grupo Morgan, pelos franceses, mas o governo dos EUA impediu, dada a posição de neutralidade do governo estadunidense (CHERNOW, 2010: 238).

Deste modo, a J. P. Morgan & Co. tinha investimentos na Grã-Bretanha e na França, em forma de empréstimos à órgãos privados e públicos. E em outubro de 1915, a empresa fez uma transferência no montante de 500 milhões de dólares aos britânicos e franceses, conhecido como Anglo-French Loan, o maior empréstimo já feito a partir dos EUA.

Segundo Eichengreen (2008), isso aconteceu inicialmente por um aumento na demanda europeia por dinheiro, dada a sua entrada na Guerra. Visando principalmente financiar a Inglaterra e a França, o fluxo de empréstimos poderia ser um entrave à posição de neutralidade pretendida pelo governo estadunidense. Apesar da posição oficial, segundo Schmidt (2005), foi emitido um memorando secreto ao Banco Morgan e ao National City Bank, dizendo que os empréstimos aos envolvidos na Guerra poderiam ser feitos.

Contudo, mesmo sendo permitidos empréstimos, eles tinham diferentes aprovações com relação a sua duração. E embora inicialmente não fossem permitidos

empréstimos de longo prazo, os de curto prazo de liquidação não encontraram a mesma objeção. Por exemplo:

“ O National City Bank estendeu seus créditos à Rússia e à França, J. P. Morgan & Co. à França e a Grã-Bretanha. Em outubro de 1915 [um ano após o começo da Guerra], a distinção da objeção aos empréstimos de longo prazo caiu e um empréstimo de 500 milhões de dólares foi feito a Inglaterra e a França, conjuntamente. Um volume considerável de papéis estrangeiros os acompanhou. Eles tinham em média de cinco a mais anos de maturidade [de liquidação] e suas práticas foram expandidas a governos nacionais, embora alguns desses Estados adentraram nesse mercado de papéis. Entre o fim de 1915 e o começo de 1917 [período esse que engloba grande parte da neutralidade dos EUA], investidores americanos [sic] compraram 900 milhões de dólares em valores mobiliários britânicos, 700 milhões de dólares dos franceses e outro 200 milhões em títulos” (EICHENGREEN, 2008: 475)

Ou seja, durante o período político e econômico que se estabeleceu o posicionamento de neutralidade dos EUA, entre 1914 a abril de 1917, o fluxo de capitais que financiaram a guerra dos aliados era de quase 2 bilhões de dólares. E o Federal Reserve, recém instituído participavam dessa transação (BROWN, 2011: 1). Mas o que isso teria de contrário ao posicionamento de neutralidade?

Segundo Schmidt (2005), esse critério de guerra não dizia respeito ao grupo de investimento J.P. Morgan & Co. “Neutralidade nunca foi considerada pela ‘Casa Morgan’”. Tanto Schmidt (2005), quanto Chernow (2010), alegam que esse critério não cabia aos Morgans, que estavam desde o princípio favorecendo os Aliados. Isso se baseia na confissão de um representante do banco Morgan, Thomas Lamont, que ressalta o papel da nação estadunidense como neutra, mas que “a nossa firma nunca por nenhum momento foi neutra: nós não sabíamos como sê-lo. Desde o exato momento do começo, nós fizemos tudo para contribuir com a causa dos aliados” (SCHMIDT, 2005: 77).

Somando-se a posição privilegiada dos bancos estadunidenses no contexto internacional, à sua configuração concentrada, ao seu relacionamento comercial com os aliados, a entrada dos EUA na Primeira Guerra parecia ser bastante lucrativa.

3.2 Entrada política e econômica dos EUA no final da Primeira Guerra Mundial, questões de neutralidade e financiamento.

A Primeira Guerra Mundial iniciou-se em 1914²⁸, após a morte do arquiduque austro-húngaro, Francisco Fernando em Sarajevo, capital da Bósnia. A partir do atentado que resultou na morte do líder político, uma onda de agitação se espalhou pela Europa. As tensões que estavam no território do Império Austro-Húngaro, entre austríacos, sérvios e eslavos ganham dimensões para além de seu território inicial. A Rússia partiu para o apoio aos sérvios, enquanto a Alemanha antagonizava a essa posição e se manifestava a favor da Áustria-Hungria. Com a declaração de guerra da Alemanha à França, a guerra se torna europeia. Mas é só quando a Grã-Bretanha se manifesta contra a Alemanha é que essa guerra se torna mundial (FARIA, 1989: 54). Isso decorre do fato dos aliados de origem ou ligação britânica que a seguiu, contra a Tríplice Aliança.

Das causas da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), uma delas, segundo Ferguson (1998), seria o adensamento de conflitos econômicos advindos dos últimos 50 anos antecessores à guerra: “O imperialismo, nacionalismo e o materialismo econômico, que durante a última geração determinou a resolução de cada política das nações, marcou objetivos, só pode ser conseguido às custas de uma conflagração geral” (FERGUSON, Nial. *The Pity of War*, 1998: 38. In: SCHMIDT, 2005: 54)

Contudo, o autor ressalta que o imperialismo não é causa suficiente para a deflagração da guerra. Isso poderia ser comprovado pela própria composição do embate. Sendo que, “se nós fossemos explicar uma guerra em que Grã-Bretanha, França e Rússia estavam no mesmo lado, o imperialismo seria uma causa pouco provável” (FERGUSON, Nial. *The Pity of War*, 1998: 42. In: SCHMIDT, 2005: 55)

No entanto, o intuito deste trabalho não é discorrer sobre a guerra, nem sobre as etapas do conflito. Duas são as principais preocupações gerais nossas a respeito da Primeira Guerra Mundial. A primeira delas é o impacto mundial que ela teve, mesmo que o campo de batalha se restringisse basicamente ao entorno europeu. E a segunda é como um desses países extra-europeus foi afetado, e neste item abordaremos sobre como os EUA, um país não europeu, entraram em guerra ao lado dos países da Entente, contra a Tríplice Aliança.

²⁸ O confronto, em linhas gerais era entre uma Entente tripa, formada por França, Grã-Bretanha e Rússia, e uma Aliança Tripla, entre Alemanha, Império Austro-Húngaro e Itália (que no começo da guerra foi trocada pelo Império Turco-Otomano). (SCHMIDT, 2005: 59)

Entre o começo da guerra, 1914, até a declaração de guerra do presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson, em 1917, temos quase três anos de diferença. Nesse meio tempo temos a reeleição do presidente e as suas promessas de não colocar o país nesse conflito. Isso advém de uma posição tradicional dos EUA em não interferir em contextos extra-americanos.

Mas, a Primeira Guerra Mundial foi uma novidade nos marcos da política mundial. Atores externos ao conflito, como Estados, instituições político-econômicas, grupos de investimento, indústrias, produtores rurais e população foram, ao menos indiretamente, afetados pela guerra. Ela não foi uma guerra inovadora²⁹ somente por ter impactos mundiais, mas também, e por causa de, inovações tecnológicas que modificaram a natureza da guerra. Segundo Schmidt (2005):

“A Primeira Guerra Mundial viu a introdução de inúmeras inovações militares – canhões de longo alcance, submarinos, aviões, telégrafos sem fios, o tanque, metralhadoras e câmara de gás. Essas armas mudaram a natureza da guerra, fazendo a mais mortal e incivilizada” (SCHIMDT, 2005, 77)

E nessa nova guerra, os atores extra-europeus também tiveram sua participação direta, como combatente, ou indireta como fornecedores de alimentos e matérias-primas. Os Estados Unidos assumiram no início da guerra, em 1914, um princípio de neutralidade, que consistia na não interferência nos assuntos e nos caminhos do combate.

A neutralidade foi proferida e aclamada pela presidência do país como parte da moral estadunidense, no que tangia a política e a economia em suas relações com os países beligerantes. Segundo Schmidt (2005), mesmo mantendo-se publicamente neutra, essa quebra foi feita logo em 1914, quando “o Departamento de Estado emitiu um memorando secreto a dois de seus maiores bancos, Banco Morgan e o National City Bank, dizendo que os empréstimos aos países beligerantes poderiam ser realizados” (SCHMIDT, 2005: 77).

²⁹ No trecho abaixo, podemos ver um resumo feito por Schmidt (2005) sobre a novidade da Guerra: “Na guerra moderna, as mortes entre os civis superaram as das tropas uniformizadas e guerras são lutadas nas vizinhanças das pessoas com armas mais letais do que Napoleão nunca previra. Sucesso em uma guerra moderna depende do apoio popular: propaganda massiva para vender a guerra, altos impostos, extensivas regulações governamentais, programas de dívidas caras para transferir o custo da guerra as próximas gerações, produção imensa de metal, tecido, químicos e comida. A guerra normalmente cria prosperidade — para aqueles que sobrevivem. Um vasto número de homens foram convocados ou se voluntariaram na Primeira Guerra — mais de 65 milhões de homens doaram uniformes aos beligerantes; mais de 8 milhões não voltaram para suas casas. A guerra agora envolveria todos os cidadãos e iria absorver todas as energias da população” (SCHMIDT, 2005: 64).

A neutralidade na prática militar nem foi rompida quando na Ásia, o Japão, ao declarar guerra contra a Alemanha, juntou-se a causa britânica e começou a expulsar os alemães da Península de Shantung, na China. Assim como das ilhas à Oeste do Pacífico (as Carolinas, Marianas e Marshalls). Enquanto estrategistas do Havaí e de Washington se preocupavam com a participação japonesa em territórios vizinhos dos protetorados dos EUA, o presidente Woodrow Wilson não demonstrava a mesma preocupação (IRIYE, 1993: 21). Essas operações japonesas, segundo o autor, não foram um dos motivos da entrada dos EUA na guerra.

Mantendo-se neutro, no intermédio da Primeira Guerra, Woodrow Wilson passou pelo desafio político de se reeleger. A campanha de 1915 tinha como slogan a frase *He kept us out of war*, referindo-se à manutenção da posição de neutralidade do país, defendida ampla e publicamente pelo presidente. Embora apoiasse a neutralidade e, portanto, a não intervenção estadunidense no conflito europeu, ainda em 1915, foi aprovada a lei *The Big Navy Act* que previa a construção de uma marinha que não dependesse dos britânicos e alcançasse padrões internacionais de volume de frota em 10 anos (CHERNOW, 2010: 251).

E, financeiramente, em um primeiro momento, Wilson desincentivou os empréstimos aos britânicos e franceses. Contudo, o Secretário do Tesouro dos EUA e genro de Wilson, William McAdoo advogou a favor dos empréstimos em prol da manutenção do volume de exportação dos países (CHERNOW, 2010: 252). A partir daí que se inicia o processo de financiamento privado, por meio de J. P. Morgan & Co., aos beligerantes, mas mantendo-se neutro, como país.

Wilson, buscando diplomaticamente por um fim ao conflito, mandou conselheiro político de assuntos europeus, Edward House no início do ano de 1915 para um acordo de paz. Contudo, as exigências britânicas do fim dos exércitos alemães eram impossíveis de serem aceitos. Em 1916, House foi mandado novamente e além da restauração do status quo pré-Guerra, tentou-se discutir também a cessão da Alsácia e da Lorena à França, assim como de Constantinopla à Rússia. O início da discussão da Liga das Nações já se dava nessa época. (IRIYE, 1993: 28)

Ou seja, antes de mesmo interferirem militarmente na guerra, os Estados Unidos, por meio de seu comércio, seus empréstimos e da liderança de Wilson, já intervinham no conflito europeu. E não é exagero dizer que neste conflito, nascia um país, fora da Europa, mas que estava assumindo aos poucos o papel de destaque

político-econômico mundial. Segundo Iriye (1993): “Neste sentido, durante o século XX, como o século em que os Estados Unidos emergiram como o principal poder no mundo, pode se dizer que começou em 1917” (IRIYE, 1993: 30).

O posicionamento político de Wilson era publicamente o de neutralidade entre 1914 e 1917. Assim como o presidente, a maioria da população o apoiara em sua reeleição com o propósito de os manter longe do conflito e também o secretário de Estado de Wilson, entre 1913-1915, William Jennings Bryan³⁰. Contudo, em meio a campanha, Bryan observou que as posições do presidente se diferenciavam das dele em relação a sua prática.

Primeiramente, Bryan era contundente na contrariedade aos empréstimos feito aos beligerantes, afirmando que eles eram “o pior tipo de contrabando” e que “eles eram inconsistentes com o espírito da neutralidade” (CHERNOW, 2010: 238). Mesmo em seu alto cargo – o segundo maior, abaixo somente da presidência na tomada de decisões da política externa dos EUA – Bryan não foi capaz de manter uma coerência entre seus pensamentos políticos, os de Wilson e a prática dos Morgan. Deste modo, Bryan se demitiu do cargo e foi substituído por Robert Lansing que, antes mesmo de ocupar o cargo, fez malabarismos legais para manter a neutralidade dos Estados Unidos enquanto se faziam as remessas privadas de empréstimos aos beligerantes (CHERNOW, 2010: 239). Segundo o autor:

“Ele persuadiu Wilson a adotar uma distinção útil entre os empréstimos proibidos, que se utilizavam de títulos de guerras estrangeiros, e créditos permitidos para os beligerantes para a compra de material (...) As exportações dos Estados Unidos tiraram eles da recessão, e mesmo que os fazendeiros se preocupassem que as compras dos beligerantes de grãos, carne e algodão fossem minguadas pelo corte de crédito. [Corroborando Lansing, estava Davison³¹]. Assim como Davison disse ao secretário de Tesouro, McAdoo, ‘para manter a nossa prosperidade, nós precisamos financiá-la’. Deste modo, casa dos Morgan ofereceu uma desculpa conveniente para preservar as aparências, enquanto negavam [na prática] o espírito da neutralidade” (CHERNOW, 2010: 239)

Em abril de 1917, mais de dois anos após essas discussões de financiamento do comércio transatlântico, os Estados Unidos da América abandonaram a sua posição de neutralidade no conflito. Sobre as causas levantadas para o fim da neutralidade pública

³⁰ Bryan foi candidato à presidência por três vezes, contra William McKinley e William H. Taft. Publicamente contrário a centralização do Banco Central e temeroso dos poderes que vinham ganhando os bancos de investimento de Wall Street, Bryan, em seu cargo de Secretário de Estado, foi mais uma vez derrotado por um William, o McAdoo. O genro e secretário do Tesouro dos EUA, que rompeu a neutralidade da prática, mas não do discurso de Wilson, ao estimular os empréstimos de J.P. Morgan como forma de manter o volume de comércio entre os Estados Unidos, recém-saídos de uma recessão econômica e os beligerantes europeus.

³¹ Henry P. Davison, parceiro sênior da J. P. Morgan & Co.

estadunidense, destacamos três. A primeira delas consiste na proximidade cultural e étnica entre os EUA e a Inglaterra. A segunda, o ataque germânico ao navio britânico Lusitânia, que transportava vidas e mercadorias estadunidenses. E a terceira, a proximidade financeira entre França e Inglaterra e os bancos de investimento de Wall Street, que após terem financiado quase 2 bilhões de dólares a esses beligerantes, precisavam assegurar seu recebimento do pagamento³².

Iniciamos pela proximidade étnica-cultural. Apesar de um décimo da população ser de origem germânica, a grande maioria dos estadunidenses tinham alguma identidade com os britânicos. Como acadêmico na área de Ciência Política e presidente, Woodrow Wilson admirava o sistema político democrático dos britânicos (IRIYE, 1993: 24). Do mesmo modo, temos a proximidade entre a City londrina e Wall Street, visto a relação entre seus bancos de investimento, seus empréstimos e suas influências nos quadros diretores das empresas.

Já a respeito do navio comercial britânico, o Lusitânia, que fazia a travessia Manhattan Liverpool, pelo Oceano Atlântico, ele foi afundado por um submarino alemão, o U-20 nas proximidades da Irlanda, em maio de 1915. Tal abatimento trouxe repercussões à política e ao posicionamento dos EUA diante da guerra, afinal “o navio desceu ao fundo do oceano carregando 1198 almas, incluindo 128 almas dos EUA” (SCHMIDT, 2005: 70). Sob os constantes olhos britânicos em volta da região, o Lusitânia afundou, mas levantou consigo suspeitas de ter sido uma manobra para causar um desconforto internacional e, conseqüentemente, a entrada dos EUA na Primeira Guerra. (SCHIMDT, 2005, 72)

Isso porque, segundo o autor, a rota do navio passava por uma região na Irlanda, já sabida pelos britânicos, da existência dos submarinos germânicos, outra novidade da guerra. E, constando em sua lista de produtos embarcados somente de bens não contrabandeados, o Lituânia foi afundado, segundo as autoridades britânicas, com produtos altamente explosivos³³, além do contrabando de munições.

³² “No começo de 1917, J.P. Morgan estava tão comprometido com a Grã-Bretanha e com a libra esterlina que uma crise real era praticamente impensável; pode-se imaginar o ‘estado de euforia’ no gabinete de Morgan quando se anunciou que os Estados Unidos estavam cortando relações diplomáticas com a Alemanha: foi Morgan, tanto quanto a Grã-Bretanha, que foi resgatado em 1917” (FERGUSON, 1998: 484)

³³ Segundo os alemães, se ouviram duas explosões quando do afundamento do Lusitânia, contudo, o submarino U-20 só disparou um míssil. Daí o início da suspeita que houvesse material explosivo no navio, além do rápido processo de afundamento que durou somente 18 minutos. (SCHMIDT, 2005: 73).

Segundo Schmidt, (2005), argumentou-se que essa incompatibilidade entre a lista de produtos embarcados e o que de fato foi, seria uma manobra do Presidente Woodrow Wilson. Para isso ele apresenta o trecho de Thompson (1991):

“Assim como o presidente Franklin Roosevelt [FDR] manipulou o país para a Segunda Guerra Mundial, uma geração depois, ele estava procurando lições deixadas pela presidência de Wilson sobre como cobrir suas marcas. Em sua pesquisa, FDR descobriu que em 1915, o Presidente Woodrow Wilson ordenou o ocultamento de um pacote nos arquivos do Departamento do Tesouro. O pacote continha a lista dos bens embarcados, do navio britânico, o Lusitânia... Quando os britânicos publicaram a lista, somente continham bens civis, a original, no entanto, como Wilson sabia, continha contrabando de armamento e munições” (THOMPSON, Robert Smith. *A Time For War: Franklin Delano Roosevelt and the Path to Pearl Harbor*, 1991: 198. *In*: SCHIMDT, 2005, 73)

Transportar armamentos era uma das proibições no acordo internacional de neutralidade. E embora o navio fosse britânico, o carregamento havia sido feito nos EUA com destino à Grã-Bretanha. Depoimentos dos alemães que bombardearam o Lusitânia afirmavam ter ouvido duas explosões, mas que só havia sido lançado um torpedo. Fator esse que aumenta a desconfiança do conteúdo do navio (SCHIMDT, 2005: 73).

O abatimento do Lusitânia, em 1915, já inspirava comoção popular, contudo, não foi causa suficiente para que os EUA interrompessem seu posicionamento de neutralidade, em assuntos de política externa fora do continente americano, para participar de um conflito mundial. Vimos, no item anterior, que embora mantivesse uma posição de neutralidade, os Estados Unidos, por intermédio dos bancos de investimento, faziam transações comerciais e financeiras com ambas as alianças.

Com a argumentação de se manterem os fluxos de comércio e, portanto, os lucros das exportações comerciais dos EUA, esses bancos ganharam tutela para a prática dos empréstimos aos beligerantes, em um primeiro momento, e aos seus aliados (Grã-Bretanha, França e Rússia) em um segundo momento.

“Robert Lansing, que substituiu Bryan como secretário de Estado, advogou que, sem os empréstimos, ‘o resultado seria de restrição de lucros, depressão industrial, capital e trabalhos estacionados, inúmeras falências, desmoralização financeira, e sofrimento para a classe trabalhadora’. Wilson foi convencido” (CHERNOW, 2010: 252)

Mas o que podemos dizer sobre como as transações ficaram mais predominante para um dos lados, no decorrer da guerra?

A parcialidade do comércio dos EUA com os países beligerantes pode ser visualizada pelos dados de Schmidt (2005), ao analisarmos como bloco de países. Os

Estados Unidos exportavam 169 milhões de dólares aos países da Tríplice Aliança em 1914, entretanto, eles passaram a exportar somente 1 milhão de dólares para esses mesmos países em 1916. Já o comércio com os países da Tríplice Entente subiu do volume de 825 milhões de dólares para 3 bilhões de dólares no mesmo período. (SCHMIDT, 2005: 78) E essa distinção comercial aconteceu antes mesmo dos EUA entrarem no conflito.

Ou seja, independente das causas para a entrada dos Estados Unidos na Primeira Guerra Mundial, havia uma distorção das transações a favor da Entente, em detrimento dos países da Aliança. O que gostaríamos, no entanto, de discutir nesse item é se há uma correlação entre a entrada dos EUA na guerra, pelo lado dos aliados, e o volume de empréstimos feito a esses países antes mesmo do abandono da neutralidade e proclamação de guerra.

Com relação à sua posição comercial na guerra, antes e depois de abandonar a neutralidade, os Estados Unidos eram os grandes mantenedores de alimentos e munições aos beligerantes. Contudo, ao abandonar sua posição de neutralidade, o país aumentou sua quantidade total exportada aos Britânicos em quase 40%, enquanto para a Alemanha ela caiu na proporção de 12 vezes, Segundo Schmidt (2005):

“As exportações dos Estados Unidos para a Alemanha foram quase eliminadas em dois anos e meio, caindo de 12% do total das exportações do país, para menos de 1%. Mas as exportações estadunidenses para as Ilhas britânicas prosperaram, a partir de quando foram encerradas pelos *U-boats*, o seu percentual total de exportações para os britânicos subiu de 25% para 33%” (SCHMIDT, 2005: 77)

Já com relação a posição financeira dos Estados Unidos, quando eles entraram em guerra em 1917, os empréstimos aos Aliados eram em torno de 2,3 bilhões de dólares. (SCHMIDT, 2005: 78).

“Ao total, 2,2 bilhões de dólares em armamentos foram vendidos pelos Estados Unidos aos Britânicos e seus aliados entre agosto de 1914 e março de 1917, no período de neutralidade estadunidense, uma considerável quantia, quando se relembra que a soma das exportações totais dos EUA em 1913 era de 2,4 bilhões de dólares” (IRIYE, 1993: 25)

E foi a partir dessa alta quantia que se somaram as suspeitas nos anos 1930 e começaram as investigações das relações entre os empréstimos aos aliados e a própria entrada dos EUA na Guerra. Desse indício, surgiu o Nye Committee Report, articulado pelo congresso estadunidense, que concluiu que os Estados Unidos foram conduzidos a Primeira Guerra Mundial pela aliança entre o capital financeiro dos EUA e os beligerantes, com especial atenção à Grã-Bretanha.

No entanto, esse fluxo de investimento para os países da Entente era controverso. E, como vimos, embora os empréstimos dos banqueiros de Wall Street não foram bem vistos para a manutenção da neutralidade política dos EUA na Primeira Guerra, eles foram chancelados pelo critério da manutenção do livre comércio e de todo potencial de mercado ganhado pelos Estados Unidos durante a Guerra. (IRIYE, 1993: 26)

Os negócios dos bancos de investimento à Entente estão entre as causas da entrada estadunidense na guerra. Contudo, não queremos simplificar essas causas. Afinal, a proximidade étnica-cultural aos britânicos, a perda de vidas estadunidenses no Lusitânia, eram importantes no processo decisório da declaração de guerra.

Em abril de 1917 se deram dois passos em direção à declaração de guerra. A primeira foi o manifesto do presidente Woodrow Wilson para pedir ao corpo político e aos estadunidenses para adentrar na Guerra. E o segundo, foi a aprovação para a entrada no conflito.

Inicialmente e publicamente, como vimos, Wilson se colocou como contrário a participação dos EUA na guerra. E isso foi manifestado pelos seus discursos de neutralidade e na sua campanha eleitoral. Todavia, em 2 de abril de 1917, o presidente se dirige a nação, invocando nos seus compatriotas o desejo de proteger, não somente os países envolvidos, mas o mundo, dos desarranjos causados pelos governos autocráticos, que ameaçavam a paz e a liberdade:

“A neutralidade não é mais possível, nem desejada, quando a paz do mundo está envolvida e também a liberdade das pessoas, e a ameaça à liberdade está na existência de governos autocráticos respaldados por forças que os controlam. Não temos nada contra o povo germânico. Não temos nada além de simpatia e amizade... Contudo, o mundo deve estar a salvo para a democracia” (SCHMIDT, 2005: 84)

Após a mensagem, de se colocar a nação tão pacífica em guerra (SCHMIDT, 2005: 84), as casas votaram a favor da entrada, dos Estados Unidos da América, na Primeira Guerra Mundial. Contudo, nas duas casas – a do Congresso e a do Senado – não houve unanimidade. A votação a favor da entrada no conflito foi de 82-6, no Senado, e de 373-50, no Congresso (SCHMIDT, 2005: 84). Os senadores dissidentes, como nos informa o autor, “expressaram não só sua posição contrária a ir à Guerra, mas também, porque o presidente estaria conduzindo uma cruzada moral; seu objetivo não era a defesa da nação, mas a revolução nas relações internacionais” (SCHMIDT, 2005: 84)

Quando da sua entrada no conflito, o país se preparou para transformar suas estruturas, nomear líderes e criar departamentos para o esforço de guerra. Os EUA estavam em uma recessão econômica quando a Primeira Guerra Mundial estourou. Industrialmente havia capacidade a ser ocupada pelas novas demandas advindas do tempo de guerra, ou seja, havia capacidade ociosa em parte do setor industrial e agrícola. Contudo, alguns setores, mais diretamente ligados ao conflito precisaram adicionar plantas e equipamentos às existentes, como demonstra Rockoff (2004):

“O longo período da neutralidade dos EUA fez com que a conversão da economia de guerra fosse mais fácil do que seria. Plantas e equipamentos novos foram adicionados, e porque eles foram resposta à demanda dos países que já estavam em guerra, eles adicionaram somente nos setores que eram necessários para a entrada dos EUA na guerra. Bethlehem Steel, por exemplo, estava expandindo, por meio da adição de instalações e por meio das aquisições, para se tornar o maior produtor de aço, isso já durante o período de neutralidade, em resposta as demandas de aço advindas da Europa” (ROCKOFF, 2004: 5)

E embora os setores privados estivessem se preparando para as demandas da guerra, a posição anti-conflito da presidência Wilson refletia em seus gastos bélicos, que se mantinham em dois por cento, com relação ao PIB estadunidense, entre agosto de 1914 e janeiro de 1917, três meses antes da entrada do país na Guerra. (ROCKOFF, 2004: 5). Ou seja, o tempo entre o início do conflito e a declaração de guerra dos Estados Unidos foi essencial para retirá-los da recessão econômica e ganhar musculatura industrial para sustentar a entrada deles na guerra.

3.3 O financiamento da Primeira Guerra: o financiamento doméstico e o acordo da dívida de guerra da Alemanha.

Os gastos do governo ao se envolver em uma guerra são volumosos. E como eles estão respaldados, ou não, podem interferir nos rumos do país antes, durante e depois do conflito. Macroeconomicamente, quatro são os tipos de financiamento de guerra³⁴: 1) Impostos; 2) Emissão de moeda indireta; 3) Emissão de moeda direta; e 4) Empréstimo do público.

O primeiro deles encontra dois obstáculos, inicialmente de cunho moral-tradicional e o segundo de origens econômicas. Principalmente na sociedade estadunidense, a taxação das rendas, por meio de impostos como meio de se financiar os

³⁴ Segundo Rockoff (2004), contudo em uma nova versão, o autor reúne as formas diretas e indiretas de emissão como fontes de financiamento de guerra, afirmando que, então, “são três, segundo os economistas as formas de financiar uma guerra: impostos, empréstimos e emissão de moeda” (KANG & ROCKOFF, 2006: 7)

gastos de guerra, não são bem aceitos. Isso deriva do fato de impor economicamente uma fatia da renda que deve ser transferida para o governo.

E embora a guerra possa contar com apoio popular, a redução da renda disponível pode ter impactos macroeconômicos como uma redução dos gastos de consumo, que são relevantes para uma economia de consumo em massa como a dos EUA. Além da taxação popular, os impostos sobre os lucros e altas rendas é visto como um desmotivador de investimento. Ou seja, a transferência da renda total para os gastos militares, pela corrente liberal, pode ferir com os preceitos da liberdade e com os incentivos à produção, pelo seu caráter obrigatório e que situa a população em uma contingência econômica da guerra.

O financiamento por meio da emissão monetária direta, em tempos de guerra, é sugerido para que seja medida provisória e emergencial³⁵, visto que sua prática permanente levaria a uma inflação da oferta monetária. Dado que, não seja acompanhado de um aumento na demanda agregada dos setores de produção. Com relação a criação de moeda indireta, por meio dos bancos comerciais ao emprestarem uma quantidade maior do que as que recebem por meio dos depósitos diretos, o efeito pode ser o mesmo. Desde que o aumento no meio circulante não seja absorvido pelas estruturas produtivas e pelas suas respectivas demandas.

Sobre a opção dos EUA, Rockoff (2004) argumenta não saber exatamente o valor do financiamento, por emissão indireta, no total dos gastos dos EUA na guerra, mas que:

“É razoável argumentar, segundo Friedman e Schwartz (1963, 221), que ‘desde que o aumento da moeda criada pelos bancos, encontrou respaldo inicial no aumento dos títulos do governo, mantidos pelos bancos ou pelos seus clientes, a elevação dos níveis desse tipo de emissão monetária pode ser intimamente ligada as formas de financiamento de guerra’” (ROCKOFF, 2004: 8)

Ou seja, a própria emissão indireta, depende da quantidade disponível de renda, que ultrapassa a da renda capturada pelos títulos do governo, como dizem Friedman e Schwartz (1993), mas que dependem de todas as formas de financiamento de guerra.

Já os empréstimos, podem ser vistos como injustos, e é essa a visão de Oliver Sprague, segundo Kang & Rockoff (2006), pois enquanto homens estão na frente de batalha, outros ficaram em seu país e estão de uma forma lucrando com os títulos de

³⁵ O mecanismo de criação de moeda emergencial, estipulado pelo Aldrich-Vreeland Act de 1908, foi utilizado pela primeira vez durante a Primeira Guerra Mundial e pode ser visto em Hafer (2005: 5)

dívida. Contudo, os empréstimos públicos, por meio da emissão de títulos de dívidas, são uma modalidade macroeconômica, que impacta menos no aumento estéril da moeda. Isso porque, pelos mecanismos de taxa de juros dos títulos, o governo consegue fazer uma contração-expansão do meio circulante. No entanto, variáveis como a expectativa com o desenrolar da guerra e a própria situação econômica e política do país, pode levar aos detentores, uma liquidação de seus títulos, antes do prazo previsto pelo governo para financiar os gastos de guerra.

Segundo Rockoff (2004), o financiamento foi feito em 3 modalidades, 58% emprestando do público; 22% de impostos; e 20% de circulação de moeda (ROCKOFF, 2004: 8)

Com relação a participação da emissão de moeda, segundo o autor, a oferta de meio circulante tipo 1, composto pela emissão direta de dinheiro e depósitos à vista, dobrou no período da guerra. E a quantidade geral de moeda em circulação também aumentou. Investiga-se a possibilidade do uso do dólar estadunidense como moeda corrente em transações em Cuba, Canadá e Europa, que ajudavam a drenar os dólares e não inflacionar a economia doméstica. Mas também, supõe-se que a criação do Federal Reserve em 1913, ajudou a respaldar a credibilidade da moeda e a efetiva participação do Estado em seu controle. (ROCKOFF, 2004: 9)

A construção da divisão de meios de financiamento da guerra foi a seguinte: William McAdoo, Secretário do Tesouro dos EUA e genro do então presidente Woodrow Wilson, propôs que o financiamento fosse uma composição entre títulos e impostos. Segundo o secretário, existiria um trade-off³⁶ entre se apostar na taxação ou nos títulos de forma aleatória (KANG & ROCKOFF, 2006: 10). Ou seja, se os EUA dependessem do aumento de impostos eles teriam que ser de tal magnitude que freariam a economia do país, já se fossem depender dos títulos, a emissão deles e poderia levá-los a uma inflação, principalmente no período do recém término do conflito. E se a taxação fosse muito alta, ela impediria a formação de poupança que poderia ser utilizada para ser emprestada ao governo.

Segundo os autores, McAdoo pediu aconselhamento à J.P. Morgan & Co., relativo a proporção devida entre impostos e títulos. O banco sugeriu 20-80; McAdoo

³⁶ *Trade-off* é uma expressão utilizada para que dizer que o uso de uma das modalidades dificultava no uso da outra modalidade de financiamento de guerra.

havia primeiramente pensado em 50-50, mas acabou, na prática, aplicando a proporção 25-75. (KANG & ROCKOFF, 2006: 10).

Na missão de financiar a Primeira Guerra, em aproximadamente 75%, por meio da venda dos Liberty Loans³⁷, McAdoo se utilizou do patriotismo e da publicidade para as massas, tentando vender os títulos aos cidadãos pelo país. “A dívida da Primeira Guerra Mundial consistia em quatro Liberty Loans e um final Victory Loans, no final do armistício” (KANG & ROCKOFF, 2006: 4)

O intuito dos famosos pôsteres publicitários dos empréstimos era fazer apelos aos sentidos e sentimentos dos cidadãos e possíveis compradores. No quarto liberty loan, por exemplo, havia um pôster que reafirmava a ideia de uma barbárie germânica, resgatando o episódio de uma batalha na Bélgica e adicionando imagens chocantes de abusos dos militares alemães às mulheres e crianças. (KANG & ROCKOFF, 2006: 5)

Há visões contraditórias sobre o sucesso do financiamento da guerra pela classe média. Ou se apontam os limites ao emprego de poupança da população nos títulos de dívida da Guerra, ou no forte apelo emocional e comunitário que a poupança em títulos traria. Uma perspectiva interessante é a de Irving Fisher, sobre a emissão dos títulos de dívidas e como cidadãos patriotas deveriam responder a eles:

“(1) As pessoas deveriam compra-los ao reduzir seus consumos, não emprestando dos bancos. (2)As pessoas deveriam mantê-los, e não revendê-los até que a necessidade fosse forte. (3)Era importante que pessoas pobres também investissem, para que ao final da guerra eles não fossem taxados para pagar os juros e os títulos dos ricos. Todos esses pontos foram fortemente abordados nas campanhas dos Liberty Loans” (KANG & ROCKOFF, 2006: 11).

Os títulos de dívida emitidos pelos EUA e suas campanhas publicitárias são feitos desde a Guerra de Secessão. Contudo, o uso do medo, dos princípios da liberdade e democracia estadunidense para o mundo, e os inimigos externos ganham participação na Primeira Guerra Mundial.

Segundo Kang & Rockoff (2006), existe uma fórmula para medir o quanto se pode explorar o patriotismo no valor das *liberty loans*. E ela deriva de uma relação entre os rendimentos de outros títulos privados de alta classificação, do valor marginal de outros títulos públicos e de seu rendimento, dada pela fórmula $I_l + U(p) + U(s) = I_c$ (KANG & ROCKOFF, 2006: 12). No qual, I_l são os rendimentos dos *Liberty Loans*; $U(p)$ é igual ao valor marginal de se manter um título ao se contribuir com o esforço de

³⁷ Ver exemplos dos Liberty Loans no Anexo X

guerra; U(s) refere-se ao valor marginal de se manter o título público por outras razões como segurança, liquidez e; Ic seria o rendimento de uma alternativa de investimento no setor privado, como exemplo os títulos industriais classificados em AAA.

Ou seja, o limite para que os rendimentos econômicos com os *Liberty Loans* fossem equiparados aos rendimentos de investimentos AAA é tal qual a variação dos desejos de se contribuir com a guerra e com a segurança e liquidez do título. Em outras palavras, quanto maior a estabilidade nos valores marginais, que representam as variações da manutenção do título e na confiança na guerra, mais equiparado estarão os rendimentos dos *Liberty Loans* aos investimentos AAA.

Esse cálculo, embora pareça desnecessário, é real e importante para salientar o fator decisivo da publicidade dos *Liberty Loans* para a valorização de seus rendimentos e, deste modo, na atratividade dos títulos. Mas não é somente de propaganda que se fez o financiamento de guerra dos EUA.

O *Federal Reserve* teve papel fundamental para que o interesse em investir pudesse ser captado descentralizadamente, pelos seus bancos regionais, e fosse aplicado concentradamente por meio da política monetária. Além disso, segundo Friedman & Schwartz (1993: 216), “o *Federal Reserve* tornou-se a janela de vendas dos títulos do Tesouro, usando seus poderes monetários quase que exclusivamente para esse fim”. Entre junho de 1916, período pré-entrada dos EUA na guerra, e junho de 1919, já em seu final, a dívida federal aumentou quase em 25 vezes, partindo de 1,2 bilhões para 25,5 bilhões, sendo que destes, 10% foram notas e depósitos do FED, de dólares (FRIEDMAN & SCHWARTZ, 1993: 801 In: KANG & ROCKOFF, 2006: 27).

Mas os bancos comerciais também tiveram participação na dívida federal. Uma parte por meio das compras desses títulos para seus portfólios e outra ao emprestar dinheiro a seus clientes para a compra dos títulos do governo – embora publicamente o governo desaprovasse o incentivo ao endividamento das famílias (KANG & ROCKOFF, 2006: 27).

Contudo, aparentemente, segundo os autores, os liberty bonds não foram tão eficazes na proposta do governo, de origem progressista e que procurava: a) taxar mais as grandes fortunas; b) fazer com que a população financiasse parte das dívidas de guerra.

Então porque o fizeram? Ainda segundo os autores:

“1) Todos os países centrais estavam fazendo; 2) Até poderia ter funcionado e teriam um efeito de expulsão aos investimentos privados em títulos, mas o patriotismo tinha limites; 3) Os custos em se apropriar do patriotismo eram baixos e por mais que não tenham funcionado no volume em que o governo gostaria, cada venda dos títulos pelo grupo de escoteiros³⁸ contou; 4) Ajudou a criar uma coerência moral pró-EUA na guerra, aglutinar os apoiadores dos homens estadunidenses no conflito; 5) a estrutura em se vender os títulos com uma quantia a ser objetivada tinha pouco impacto financeiro, mas tinha muito impacto psicológico na venda deles as massas” (KANG & ROCKOFF, 2006: 30).

Poderia parecer estimulador, mas qualquer quantia diferente da meta era considerada fora do objetivo. Ou seja, a meta quantitativa acabava atrapalhando o trabalho psicológico em levantar a poupança das massas. Contudo, o processo geral de financiamento dos gastos de guerra é o que nos chama atenção. Mesmo partindo dos políticos progressistas, a transferência de renda, com a taxação das altas rendas, não era suficiente. E foi incorporada a um financiamento combinado de impostos, emissão monetária e uma massiva captação de moeda, por meio dos títulos da dívida.

Logo, três foram os grandes instrumentos para o financiamento acontecer. Em primeiro lugar o *Federal Reserve*, com sua estrutura descentralizada, foi capaz de diversificar as fontes de captação de recursos para os títulos, ou seja, capaz de fazer política monetária nas mais distintas regiões do país. Em segundo lugar, os bancos comerciais, que agora tinham uma maior padronização em suas operações, e poderiam aplicar a expansão monetária, assim como ser consumidores dos títulos da dívida pública dos EUA. E em terceiro lugar, a operação publicitária da secretaria do Tesouro dos Estados Unidos, que pela primeira vez, monetizou a ajuda das famílias contra uma ameaça estrangeira, em uma guerra longe do solo de seu país.

Mas a preocupação com os rumos da guerra não se dava somente no tempo anterior ou durante o conflito. O final do embate em 1918 e suas negociações de paz em Versalhes em 1919, trouxeram consigo a discussão de como ressarcir economicamente os países vitoriosos da guerra.

Nas negociações de paz, o presidente dos EUA, Woodrow Wilson propôs, 14 pontos que deveriam rever as relações internacionais, em consideração à Primeira Guerra. Da proposição, que ficou conhecida por ser idealista, falava-se da liberdade comercial e econômica; da tentativa de libertar os mares – que foi rechaçada pela Grã-Bretanha; da independência e soberania da Polônia; da devolução da Alsácia e da

³⁸ É claro o tom irônico dos autores ao mencionar o grupo de escoteiros. Apesar deles terem sido usados para a venda de títulos, eles também, como colocados pelo trecho, são um paralelo com o caráter missionário do presidente dos EUA.

Lorena à França; da criação de uma liga das nações para a paz; entre outras propostas. O que nos chama atenção são dois pontos: sobre a Polônia e sobre a reparação de guerra.

O que podemos ver, pela política externa wilsoniana, é que a autodeterminação da Polônia não era, no entanto, para todos os povos, nem a política de portos abertos³⁹. Há duas frases sobre comércio e expansão de mercado, na Guerra Hispano-Americana, que acabam com o mito idealista sobre Wilson. Segundo Lens (2003), Wilson escreveu que “a guerra era necessária ‘já que o comércio ignora fronteiras’” e outra, escrita em 1907:

“E o industrial insiste em ter o mundo como um mercado, a bandeira de seu país deve segui-lo, e as portas das nações que para ele se fecharem devem ser derrubadas. Concessões obtidas por financistas deverão ser resguardadas por ministros de Estado, mesmo que a soberania dos países recalcitrantes venha a ser ofendida no processo. Colônias devem ser ganhas ou implantadas de forma que nenhum recanto útil do mundo seja esquecido ou deixado intacto” (LENS, 2003: 299)

Mesmo que não tenha sido em seu governo, o que queremos salientar é que, apesar de ser comumente conhecido pelo princípio da ‘autodeterminação dos povos’, a sua política externa é bastante controversa, mostrando um Wilson interventor quando se é conveniente para os negócios dos EUA, dado que em oito anos de mandato, México, Haiti, República Dominicana, Cuba, Panamá, União Soviética, Honduras, China e Guatemala, foram alvo de operações militares (LENS, 2003: 335). Sendo que, República Dominicana e Cuba foram tomadas como protetorados dos EUA, onde não se aplicavam as leis de soberania e de independência (LENS, 2003: 351).

Se observarmos o que era proposto por Wilson e o que foi acordado pelo Tratado de Versalhes em maio de 1919, o presidente estadunidense era um santo pacifista. Enquanto Wilson propunha a todos os envolvidos uma capacidade militar apenas para manter a segurança nacional, o Tratado de Versalhes decapitou qualquer poderio militar que a Alemanha poderia ter. Um dos exemplos mais ressaltados é sobre o contingente máximo de 100 mil homens como soldados alemães. Esse era um limitador gigantesco para qualquer operação germânica.

Além disso, no Tratado ficou acertado que a Alemanha haveria de reparar os danos materiais⁴⁰, impondo a essa nação, 33 bilhões de dólares de dívidas de guerra

³⁹ Sobre o conceito de portas abertas, o vulgar propicia uma conotação antiintervencionista e anticolonialista, mas como o próprio presidente dos EUA, Woodrow Wilson afirmou, no caso chinês – e que pode ser ampliado para os outros casos: “não eram ‘portas abertas para os direitos da China, mas portas abertas para os produtos da América’”. (LENS, 2006: 415).

⁴⁰ Exatamente no Artigo 231 do Tratado de Versalhes, uma cláusula de culpa dos alemães na guerra.

(FARIA, 1989: 57). Embora, não houvesse consenso em relação ao seu valor, esse foi o golpe de misericórdia. Nos anos subsequentes ao final do confronto, a situação econômica alemã precária, parecia não ter saída. A inflação era de 1,25 trilhão de vezes maior do que antes da guerra (FERGUSSON, 2014: 575).

Com esses dados, a Alemanha não estava dentro do fluxo de comércio internacional. Ou seja, embora com seu câmbio desvalorizado o país conseguisse exportar sua produção – por causa de suas perdas de territórios ricos em ferro, carvão e aço, além da inflação – eles não conseguiam nem se colocarem como compradores, nem como pagadores internacionais. As dívidas de guerra não eram somente um ônus dos alemães. Britânicos, franceses, austríacos, todos, de alguma forma estavam devendo, principalmente para os Estados Unidos. Contudo, nenhuma dessas dívidas chega a um montante próximo da dos alemães.

Relembrando que os Aliados tinham dívidas de guerra com os EUA⁴¹, por meio dos seus títulos e empréstimos, e com os seus bancos, por meio de empréstimos privados, os Morgans tentaram convencer os EUA que os Aliados não deveriam pagar em sua totalidade o empréstimo de 10 milhões de dólares feito durante a guerra. Não conseguindo o aval do governo e sendo o representante das negociações de reparações de guerra, os Morgans foram mais exigidos ainda. Isso por que, “se os alemães não pagassem as reparações aos Aliados, como os Aliados pagariam a Washington? ” (CHERNOW, 2010: 310).

Em, 1924 foram elaborados, por dois técnicos com ligações ao grupo J.P.Morgan, os “planos Dawes [Dawes] e Yong, que criaram uma linha de crédito para a estabilização da Alemanha baseada em empréstimos privados” (ALMEIDA, 2013: 18). Entre 1924 e 1929, a Alemanha recebeu cerca de 2,5 bilhões de dólares dos EUA e 1,5 bilhões de dólares da Grã-Bretanha, o que atualizados seriam próximos de 1 trilhão de dólares. Comparativamente, nesses 5 anos, a Alemanha recebeu maior volume de capital estrangeiro do que os Estados Unidos, nos 40 anos antecessores à Primeira Guerra.

Charles Dawes, criador do plano, era também membro da fundação Rockefeller, um dos maiores banqueiros e industriais dos Estados Unidos, ligado ao grupo de investimento Kuhn, Loeb & Co. Em seu plano também era previsto a criação

⁴¹ Como por exemplo a Grã-Bretanha, que contraiu dívidas em torno de 136% do seu Produto Nacional Bruto e deviam, aos EUA, 1 bilhão de libras em março de 1919. (FERGUSSON, 2014: 573-4)

de um Banco de Compensação Internacional (BIS), para pagar as reparações de guerra, afinal, em 1931, o monetante da dívida alemã era de 77 milhões de libras (FERGUSSON, 2014: 600). No BIS, os EUA eram representados pelos bancos: First National Bank of New York, J. P. Morgan & Co. e o First National bank de Chicago; todos eles sob o controle de Morgan (KATASANOV, 2015: 5).

Embora discorremos aqui sobre a situação alemã e o Tratado de reparação, o que nos é relevante sobre essas informações é a ligação entre os bancos estadunidenses e as reparações. Afinal, o pagamento da dívida de guerra alemã, a criação de instituições que reestabelecessem o fluxo do comércio e de capitais internacionais, e que proporcionassem seu comprimento estavam intimamente ligadas aos bancos dos EUA. Se a Alemanha não tivesse condições de pagar sua dívida de guerra, para os outros devedores dos Estados Unidos também seria difícil honrar suas dívidas. Portanto, os empréstimos à Alemanha não eram uma ajuda ao país, mas uma maneira de cumprir as dívidas de guerra de todos os envolvidos, recebendo, na parte alemã da dívida, remunerações de juros sobre os juros antigos.

Considerações Finais

Ao longo de nossa pesquisa, procuramos encontrar indícios de uma relação entre o capital financeiro dos Estados Unidos e a entrada do país, em 1917, na Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Esse indício surgiu, do questionamento inicial, do porquê um país, que não tinha os seus territórios ameaçados pelo conflito, declararia guerra a uma das partes, visto que já se havia decorrido 3 anos do começo do embate.

Não queremos, com esse trabalho, simplificar todas as razões da entrada dos EUA na Primeira Guerra. Contudo, ao perceber a magnitude da guerra e o despontar da economia estadunidense no cenário mundial, tentamos estabelecer um paralelo. Sendo assim, a magnitude do conflito e a ascensão dos EUA, inspirou uma leitura inicial de Geoffrey Barracough, em *Introdução à História Contemporânea*, obra em que o autor afirmou que essas especificidades se tratavam de fatores de uma nova Era. A Era Contemporânea, que se iniciaria na liderança de Otto Von Bismarck e terminaria na morte de John Kennedy, se diferenciaria, entre outros vários fatores, no impacto

mundial de seus eventos, sejam eles da organização das corporações, da economia ou da política.

Primeiramente, nos chamou atenção, para a pesquisa, investigar qual setor ou setores que poderiam ser responsáveis por levar os Estados Unidos da América ao patamar de potência internacional. Tal posição foi vista por Barraclough como um processo de ascensão de potências extra-europeias, ou seja, o amadurecimento econômico de países fora da Europa Central e insular, como são os casos de EUA e Rússia. Nesse processo de ascensão, podemos fazer um paralelo com a centralização dos capitais nas economias, assim como na junção entre o capital industrial e o bancário, surgindo uma nova classe no capitalismo, a do capitalista financeiro.

Dada a intensividade de capital, no qual o fator trabalho é menos empregado relativamente ao fator capital, nessa produção industrial que se inicia no final do século XIX, grandes volumes de investimento são necessários para a grande empresa e sua produção. Nos Estados Unidos da América, inicialmente, os volumosos empreendimentos eram, principalmente, os das ferrovias, que além de ligarem territórios dentro do país, também ligavam a suas estruturas de construção das linhas férreas aos investimentos dos grandes bancos.

Do capital financeiro ligado às ferrovias aos capitais das grandes indústrias como a General Electric, estavam também a grande produtora de Petróleo, a Standard Oil Co., a produtora de aço, U.S. Steel & Co. Todas essas grandes corporações estadunidenses, tinham em comum o aporte do capital bancário, que participavam também de suas diretorias. Deste modo, unem-se as figuras dos banqueiros e a dos empresários, dificultando a identificação de qual dessas classes é exatamente responsável ou pelo investimento, ou pela produção. Dentre os nomes selecionados pela nossa pesquisa, temos John. D. Rockefeller, Andrew Carnegie e J. P. Morgan (e mais próximo a Primeira Guerra Mundial, o seu filho,).

Como exemplo da participação desses senhores na economia dos EUA e na economia mundial, podemos utilizar os dados da produção de aço. A partir do final do século XIX, o aço é tido como produto da industrialização da época, dando início a outros setores industriais. O produto, portanto, é comumente visto em grande parte da produção industrial e produzi-lo em alta escala seria sinônimo de alta posição na capacidade industrial de um país.

A U. S. Steel & Co., que antes de ser comprada por Morgan era a Carnegie & Co, representava em 1901 uma produção de aço maior do que a da Grã-Bretanha antes da IGM. Já os EUA, como país detinham quase cinquenta por cento da produção mundial no pré-Guerra e passam de sessenta por cento no período pós-Guerra. Já a empresa petroleira de Rockefeller, a Standard Oil & Co., é conhecida por ser o primeiro truste comercial moderno no mundo, tendo em sua cadeia a integração da exploração de petróleo, seu refino. Isso além do transporte, visto que Rockefeller detinha grandes milhas e companhias ferroviárias. E, dado os imensos volumes de crédito que precisavam suprir a sazonalidade do financiamento da agricultura estadunidense, as relações Morgan & Co. e suas sucursais no exterior, faziam grande parte do intermédio entre os mercados externos de capitais e a necessidade doméstica pelos mesmos.

Sobre a relação entre esses grandes magnatas, que aqui emprestamos o termo de “Barões Ladrões” de Morris, e o poder público no pré-Guerra, citamos no primeiro capítulo as formações iniciais, que já tinham alguma apropriação do patrimônio público, ou das participações de Rockefeller e Morgan na compra de ações de empresas de petróleo e borracha mexicanas, respectivamente, durante a Revolução Mexicana de 1914.

Nessa compra da empresa de borracha, feita por Morgan, por meio da U. S. Rubber & Co., eram parceiros societários da empresa grandes outras figuras de *wall street* e também o senador republicano Nelson Aldrich, o formador da lei Aldrich-Vreeland de 1907, base formadora da criação do FED. Portanto, dada a especificidade dessa aglutinação de capital, propusemos o estudo dirigido do capitalismo financeiro nos Estados Unidos, sua origem e suas particularidades, para podemos entender qual o peso desse setor nas decisões econômicas e políticas do país.

Dessa pesquisa do capital financeiro, ou do truste estadunidense, apareceu nos textos de Lens (2006), Hart (2002) e Kiennard (2009), um empecilho institucional para a expansão dos negócios para além das fronteiras dos EUA. Esse entrave era o entrave decorrente da inexistência de um banco central no país e de uma legislação que permitisse que o país fosse fonte de investimento direto estrangeiro.

Deste modo, o presidente Woodrow Wilson, no início de 1913, teria se reunido aos diretores do National City Bank, dentre eles W. Rockefeller, e ele teria acordado “que as leis americanas tinham que ser mudadas para permitir que os bancos façam

investimentos diretos estrangeiros e compitam mais eficazmente no mercado mundial” (Hart, 2002: 296).

E isso nos leva até a promulgação do Federal Reserve Act, em dezembro de 1913, que confere – entre outras coisas – a possibilidade legal e amparada pelo Estado para que os Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE) das empresas estadunidenses pudessem se expandir para além das fronteiras americanas (HART, 2002: 296).

Contudo, além da formulação do aparato legal para a remessa de capitais dos EUA ao mercado externo, a construção de uma instituição, que possibilitaria uma coerência do mercado financeiro-bancário doméstico, deveria ser também almejada. E foi nesse espírito que nasce o *Federal Reserve*. A ideia de um banco central, sediado no Leste dos Estados Unidos, era algo que arrastou a construção dessa instituição de fato por mais de 100 anos. Todavia, os gargalos econômicos e as sucessivas crises do final do século XIX e início do século XX eram ultimatoss de ordem econômica para a sua criação. Combinando-se isso, à consonância política entre as casas de Washington sob a figura de Woodrow Wilson e à estrutura descentralizada proposta pelo Federal Reserve Act, os EUA ultrapassaram obstáculos políticos centenários e criaram a instituição que, em nossa opinião, auferiu o instrumento monetário e fiscal para a expansão do poder estadunidense, o FED.

Ainda no padrão ouro, a possibilidade criada com o FED para os negócios dos grandes magnatas era maior do que antes. Se inicialmente era necessário acomodar um aumento na demanda por crédito com compensação comercial, com o banco central, haveria possibilidades em se fazer política monetária para expandir a base sem ficar tão preso a contrapartida das entradas de ouro. E isso para os negócios era em parte libertador. Dos 6 milhões de dólares em ações que a U.S. Rubber comprou da companhia mexicana em 1913, a totalidade de outras empresas poderiam ser possuídas pelas “grandes corporações americanas” tendo respaldo nas políticas econômicas do Estado, instrumentalizado pelo FED.

Provavelmente, sem o banco central, os Estados Unidos não conseguiriam ter financiado sua participação na guerra. Afinal, a política de compra dos títulos públicos estadunidenses, embora remetesse a época da Guerra Civil de 1861, conseguiu se ramificar pelo território. Além dos títulos, que representaram cerca de um terço do financiamento de guerra, a magnitude dos gastos com a Primeira Guerra Mundial exigiu políticas que expandiam o meio monetário nos EUA e os gastos públicos. Ambos, muito

restritos antes do período pré-FED – que só chegará ao seu estágio mais maduro e eficiente com o final da Segunda Guerra Mundial.

Estamos falando de financiamento de um Estado americano em uma guerra entre países europeus. Como já observado por Barraclough, a guerra era em território europeu, mas de envolvimento mundial. Em um primeiro momento, os Estados Unidos suportaram as demandas dos beligerantes de comida, munição e crédito. Contudo, com tanto envolvimento, em parte pelas raízes britânicas dos estadunidenses, mas principalmente pelas ligações econômicas entre eles, os EUA adentram tardiamente no conflito, após 3 anos de seu início.

A nossa pesquisa nos mostrou que, o crédito cedido pelos bancos de investimento dos EUA aos países da Entente era tão volumoso até 1917 que não haveria outra possibilidade a de senão entrar em guerra. Para isso foram lançados quatro títulos de dívida em prol da participação estadunidense, uma campanha publicitária gigantesca em torno da responsabilidade em se lutar pelos direitos de liberdade dos países. A participação militar efetiva dos EUA na guerra não foi foco desse trabalho, contudo, acreditamos que aqui, na Primeira Guerra Mundial, se estabeleceu um padrão do posicionamento dos Estados Unidos no mundo.

Com um grande volume de capital; apelo às massas; clamor à direitos universais; e participação da iniciativa privada, a participação dos EUA em busca da liderança do sistema internacional começou de fato. E esse início seria difícil sem a presença do comando de Woodrow Wilson, acadêmico, articulado aos diversos setores industriais e financeiros, com a oratória da diplomacia da paz e com o envolvimento militar, em suas intervenções ao longo de seu governo que demonstravam seu pulso para a guerra, com a clareza para a expansão econômica do país, em prol do livre-comércio.

Figura 3:

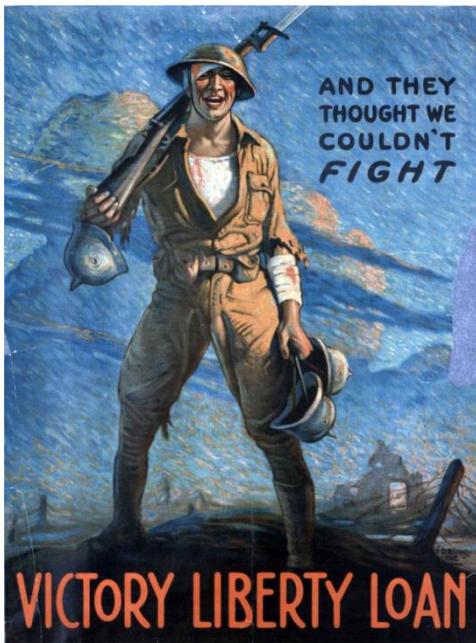


Figura 4:

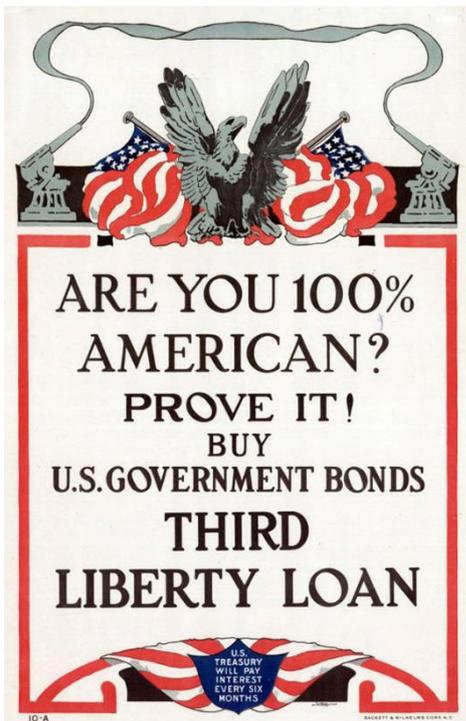


Figura 5:



Figura 6:

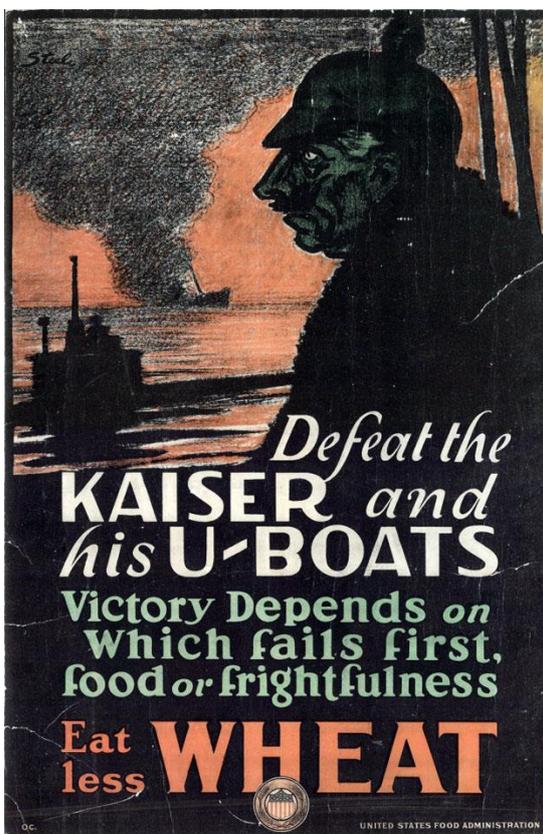


Figura 7:



Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, Rodrigo Torres de. *Construção e Expansão do Complexo Industrial-Militar Norte-Americano: Um passo em direção ao poder global*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado (PEPI/IE/UFRJ), 2013.

BANDEIRA, Luis Alberto M. *Formação do Império Americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BARRACLOUGH, Geoffrey. *Introdução à História Contemporânea*. São Paulo: Círculo do Livro, 1964.

BROWM, Michael Barrat. *A Economia Política do Imperialismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

BARREIROS, D. “Um mundo dividido: mercado mundial, as relações interestatais e o advento da Era Contemporânea (1870-1914)”. *Textos para Discussão do Instituto de Economia da UFRJ* n. 09, 2015.

BASTOS, P. P. Z. “A política dos Estados Unidos para a América Latina: da diplomacia do dólar à boa vizinhança (1898-1933)”. IN: *Textos para discussão IE/Unicamp n° 204*. Campinas: IE/Unicamp, 2012.

BORDO, Michael. “The Promise and Performance of the Federal Reserve as Lender of Last Resort 1914-1933”. Cambridge (EUA): National Bureau of economic research, 2011.

BUKHARIN, Mikhail. *A Economia Mundial e o Imperialismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

CASSIS, Youssef. *A History of International Financial Centres, 1780-2005*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

CHERNOW, Ron. *THE HOUSE OF MORGAN: An American Banking Dynasty and the Rise of Modern Finance*. Nova Iorque: Grove Press, 2010.

CHOMSKY, N. “Consentimento sem consentimento: a teoria e a prática da democracia.” In: *Estudos Avançados* (11), 1997.

COHEN, Benjamin J. *A Questão do Imperialismo: A Economia Política da Dominação e Dependência*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

COOPER, R. “The New Liberal Imperialism”. In: *The Guardian* <http://www.theguardian.com/world/2002/apr/07/1> Acessado em 30/10/2014.

CORIGLIANO, F. “Estados Unidos y Sus Opciones de Política Exterior”. In: Periódico Criterio, nº 2344/ XII, 2008.

DELONG, J. Bradford. “Did J. P. Morgans Men Add Value. A historical Perspective of Financial Capitalism” Cambridge: National Bureau of Economics Research (NBER), 1990.

DIAS, N. “A Revolução Mexicana e o debate sobre as relações continentais nos grandes jornais brasileiros (1910-1915)”. IN: *Anais Eletrônicos do VIII Encontro Internacional da ANPHLAC* http://anphlac.fflch.usp.br/sites/anphlac.fflch.usp.br/files/natally_dias.pdf. Acessado em 25/11/2014. Vitória, 2008.

DRUMMOND, Carlos Alberto “O ASSALTO DOS BARÕES LADRÕES AO PATRIMÔNIO PÚBLICO NOS ESTADOS UNIDOS NO FINAL DO SÉCULO XIX: A EXCEÇÃO É A REGRA”. Campinas: Unicamp, tese de doutoramento, 2005.

EICHENGREEN, Barry. *A Globalização do Capital: uma história do sistema monetário internacional*. São Paulo: 34, 2000.

_____, Barry. “U.S. Foreign Financial Relations in the Twentieth Century” In ENGERMAN, S & GALLMAN, R. *The Cambridge Economic History of the United States*, Volume IV , The Twentieth Century, Cambridge: University of Cambridge Press, 2008.

ENGERMAN, S & GALLMAN, R. *The Cambridge Economic History of the United States*, Volume IV, The Twentieth Century, Cambridge: University of Cambridge Press, 2008.

ENGERMAN, S & SOKOLOFF. *TECHNOLOGY AND INDUSTRIALIZATION, 1790–1914*. In: “The Cambridge Economic History of the United States Vol 02 - The Long Nineteenth Century”, 2008.

FARIA, Ricardo de Moura. *História*. Volume 2. Belo Horizonte: Editora Lê, 1989

FED. <http://www.federalreservehistory.org/Events/DetailView/17> Acessado em 28/10/2014.

FERGUSSON, Nial. *O Horror da Guerra: Uma Provocativa Análise da Primeira Guerra Mundial*. São Paulo: Editora Planeta, 2014.

FERRO, Marc. *História da Primeira Guerra Mundial (1914-1918)*. Lisboa: Edições 70, 1992.

FREYER . In: “The Cambridge Economic History of the United States Vol 02 - The Long Nineteenth Century”, 2008.

FTC (Federal Trade Comite) <http://www.ftc.gov> Acessado em 02/06/2015

GALLMAN, R. “Gross National Product in the United States, 1834-1909”. Cambridge: National Bureau of Economic Research (NBER), 1966.

GO, Julian. *Patterns of Empire: The British and The American Empires, 1688 to the Present*. Londres: Universidade de Cambridge, 2011.

GONÇALVES, Antonio Carlos Porto. *Economia Aplicada*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

HAFER, Rik. *The Federal Reserve System. An Encyclopedia*. Westport: Greenwood Press, 2005.

HETZEL, Robert. *The Monetary of the Federal Reserve. A History*. Cambridge: Cambridge Press, 2008.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos Impérios*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

_____, Eric. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

HOBSON, John A. *Estudio Del Imperialismo*. Madrid: Alianza Universidad, 1981.

_____, John A. “A Evolução do Capitalismo Moderno”, 1983.

HILFERDING, Rudolf “Capital Financeiro”, 1985.

IRIYE, Akira. “The Globalizing of America, 1913-1945.” IN: *The Cambridge History of American Foreign Relations. Volume III*. Cambridge: University of Cambridge, 1993.

JUDIS, John. B. *The Folly of Empire: What George W. Bush could learn from Theodore Roosevelt and Woodrow Wilson*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2004.

KANG, Sung W. & ROCKOFF, Hugh. “Capitalizing Patriotism: The Liberty Loans of World War I”. Cambridge: National Bureau of Economic Research (NBER), 2006.

KATASANOV, Valentin. “Banqueiros anglo-saxões organizaram a Segunda Guerra Mundial”, Disponível em <https://cultodoconhecimento.files.wordpress.com/2015/06/banqueiros-anglo1.pdf>, 2015.

KENNEDY, Paul. *Ascensão e Queda das Grandes Potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

KIERNAN, Victor G. *Estados Unidos, o Novo Imperialismo*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2009.

KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. *World Order*. Canadá: Penguin, 2014.

LAKE, David. “International Economic Structures and American Foreign Economic Policy, 1887-1934” IN: *World Politics*, Volume 35, Issue 04, pp 517 – 543, http://journals.cambridge.org/abstract_S0043887100006778, Acessado em 27/07/2015, julho de 1983.

LENIN, Vladimir I. *Imperialismo, Estágio Superior do Capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LENS, Sidney. *A Fabricação do Império Americano: da Revolução ao Vietnã: uma história do imperialismo dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MAGDOFF, Harry. *A Era do Imperialismo*. São Paulo: Hucitec, 1978.

MANKIW, N. Gregory. *Macroeconomia*. Rio de Janeiro: Editora Livros Técnicos e Científicos, 1995.

MARX, K. *Capital*. Volume 1. London: The Pelican Marx Library, 1979

MAZZUCHELLI, Frederico. *Anos de Chumbo: Economia e Política Internacional no entreguerras*. Campinas: FACAMP, 2009.

MEAD, Walter R. *Special Providence. American Foreign Policy and How it Changed the World*. Nova Iorque: Ed. Routledge, 2002.

_____ “American Grand Strategy In a World at Risk” (Baseado em uma palestra na IFPRI's Thornton D. Hooper). Elsevier, Abril 2005.

MELTZER, Allan. *A History of the Federal Reserve*, Volume 1. Chicago: University of Chicago Press, 2003.

NATIONAL BANK ACT de 1864. Em: https://fraser.stlouisfed.org/scribd/?title_id=1113&filepath=/docs/historical/congressional/national-bank-act-1864.pdf#scribd-open Acessado em 05/01/2016

MOORE JR., Barrington. *Origens Sociais da Ditadura e da Democracia: senhores e camponeses na criação do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MORRIS, Charles. *Os Magnatas. Como Andrew Carnegie, John D. Rockefeller, Jay Gould e J. P. Morgan Inventaram a Supereconomia Americana*. Porto Alegre: L&PM POCKET, 2009.

OWEN, Robert L. “The Federal Reserv Act. It’s origins and principles”. 1919. Disponível em <https://archive.org/stream/federalreservea00owengoog#page/n14/mode/2up>

PAULANI, Leda Maria & BRAGA, Márcio Bobik. *A Nova Contabilidade Social*, São Paulo: Editora Saraiva, 2005.

PEREIRA, Leandro R. “A construção lógica e as manifestações históricas do capital financeiro de Hilferding”, Campinas: IE – dissertação de mestrado, 2011.

PINTO, Nelson Prado A. “O CAPITAL FINANCEIRO NA ECONOMIA CONTEMPORÂNEA: Uma revisão teórica e histórica de seu papel no desenvolvimento recente dos Estados Unidos”, Campinas: IE – tese de doutoramento, 1994.

RAMINA, L. “O Princípio da Autodeterminação dos Povos e seus Paradoxos: A Aplicação na Guerra do Cáucaso de 2008”. IN: *Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI*. Fortaleza: CONPEDI, Junho/2010.

ROCKOFF, Hugh, *BANKING AND FINANCE, 1789–1914*. In: “The Cambridge Economic History of the United States Vol 02 - The Long Nineteenth Century”, 2008.

_____, Hugh, “Until it’s Over, Over There: The U.S. Economy in World War I.” Cambridge: National Bureau of Economic Research (NBER), 2004.

ROTHBARD, Murray. "The Origins of Federal Reserve". Auburn, Alabama: Ludwig Von Mises Institute, 2009.

ROSENBERG, Emily. *Financial Missionaries To The World. The Politics And The Culture Of Dollar Diplomacy, 1900-1930*. Londres: Harvard University Press, 1999.

ROMER, C. *The Prewar Business Cycle Reconsidered New Estimates of Gross National Product, 1869-1918*. Cambridge: National Bureau of Economic Research (NBER), 1986.

SCHMIDT, Donald E. *The Folly of War: American Foreign Policy 1898-2005*. Nova Iorque: Algora Publishing, 2005.

SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão – uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

SKLAR, Martin. *The Corporate Reconstruction of American Capitalism, 1890-1916: The Market, the law, the politics*. Cambridge: Cambridge University Press. 1988.

TEIXEIRA, Aloísio. "Estados Unidos: a 'Curta Marcha' para a Hegemonia" IN: FIORI, José Luis (org). *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

TOVAR, J. *¿Una Doctrina Recurrente? El Idealismo Wilsoniano En La Política Exterior Estadounidense Y Su Evolución Histórica*. In: Cuarto Congreso Uruguayo de Ciencia Política, "La Ciencia Política desde el Sur", Asociación Uruguaya de Ciencia Política, 14-16 de noviembre de 2012.

WHITE, Eugene. "Banking and Finance in the Twentieth Century", In ENGERMAN, S; GALLMAN, R. *The Cambridge Economic History of the United States, Volume 3, The Twentieth Century*, 2008.

WILLIAM, Appleman Williams. *The contours of American History*. 2ª ed. Chicago: Quadrangle books, 1966.